UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

UESB

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)

Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/UESB)

CÍNTYA OLIVEIRA BARBOSA

A TERRITORIALIZAÇÃO DA FRUTICULTURA E OS LIMITES DA COERÊNCIA REGIONAL ESTRUTURADA NO SUL DA CHAPADA DIAMANTINA-BA

Vitória da Conquista- BA

2026

CÍNTYA OLIVEIRA BARBOSA

A TERRITORIALIZAÇÃO DA FRUTICULTURA E OS LIMITES DA COERÊNCIA REGIONAL ESTRUTURADA NO SUL DA CHAPADA DIAMANTINA-BA

Dissertação de mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia PPGeo/UESB, para a obtenção de título de Mestre em Geografia.

Orientador: Sócrates Oliveira Menezes

Vitória da Conquista- BA

2026

Este documento está sob licença CCBY da Creative Commons

B196t

Barbosa, Cíntya Oliveira.
A territorialização da fruticultura e os limites da coerência regional estruturada no sul da Chapada Diamantina-BA / Cíntya Oliveira Barbosa, 2026.
98 f. : il. , color.
Orientador (a): Dr. Sócrates Oliveira Menezes.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo, Vitória da Conquista, 2026.
Inclui referências F. 96 - 98
1. Fruticultura – Chapada Diamantina (BA). 2. Campesinato. 3. Territorialização. I. Menezes, Sócrates Oliveira. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. T.

CDD 307.72

Catalogação na fonte: ***Karolyne Alcântara Profeta – CRB 5/2134***
UESB – Campus Vitória da Conquista - BA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb)
Mestrado em Geografia

FOLHA DE APROVAÇÃO

"A TERRITORIALIZAÇÃO DA FRUTICULTURA E OS LIMITES DA COERÊNCIA REGIONAL ESTRUTURADA NO SUL DA CHAPADA DIAMANTINA-BA"

CÍNTYA OLIVEIRA BARBOSA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UESB (PPGeo-Uesb), como requisito para obtenção do título de MESTRE.

Aprovada em: 28 de maio de 2026

Banca Examinadora

Prof. Dr. Sócrates Oliveira Menezes (PPGeo/UESB)
(Orientador)

Prof.ª. Dr.ª. Suzane Tosta Souza (PPGeo/UESB)
(Examinadora Interna)

Prof.ª. Dr.ª. Alexandrina Luz Conceição (UFS)
(Examinadora Externa)

Cíntya Oliveira Barbosa
(Mestranda)

“...ainda há muito a caminhar. Mas sei que há que caminhar sempre assim, reto, sem atentar às vozes confusas que nos cercam, buscando nosso mundo, trazendo dentro de nós a voz do mestre que, desde o centro, de um centro sem tempo, orienta, ilumina e aponta o caminho.”

- Lúcia Helena Galvão.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, expresso minha profunda gratidão a Deus,

À minha mãe, Luciene, agradeço por todo apoio e incentivo.

À minha irmã Ellen, pela parceria, carinho e presença constante em minha vida. Vocês são parte essencial de quem eu sou.

Ao meu filho Davi, razão maior da minha existência, fonte de amor puro e inspiração diária. Foi por você e com você que encontrei forças para não desistir, mesmo quando o caminho parecia difícil. Cada conquista minha também é sua.

À toda a minha família, que foi base para não me deixar desistir caminhando, mesmo diante dos obstáculos.

À memória do meu saudoso pai, camponês, que sempre quis que eu caminhasse para os rumos do conhecimento.

Ao meu orientador, Sócrates Menezes, minha sincera gratidão por toda a orientação, paciência e generosidade. Sua presença foi fundamental na construção deste trabalho e na consolidação do meu percurso acadêmico.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), pelo apoio financeiro que possibilitou a realização desta pesquisa e contribuiu diretamente para minha formação acadêmica e profissional.

Às minhas grandes amigas, Larissa e Virna, deixo aqui um agradecimento mais que especial. Vocês foram morada em Vitória da Conquista, foram abraços nos dias difíceis e alegria nos dias leves. Dividir essa caminhada com vocês tornou tudo mais humano, mais possível e mais bonito. Levo vocês para além do mestrado, levo para a vida. Jamais esquecerei de tudo o que fizeram por mim.

Ao meu namorado Lucas, pelo apoio, paciência, incentivo e presença em minha vida. Obrigada por caminhar ao meu lado, por compreender minhas demandas e por acreditar em mim, trazer tanto otimismo e deixar a minha vida mais leve.

À Anderson, meu amigo, minha gratidão por sua escuta atenta, por sua forma gentil e afetiva de estar presente e por todo o acolhimento que me ofereceu ao longo desse

caminho. Em você, encontrei não apenas apoio, mas a construção de um laço fraterno, verdadeiro e fortalecedor.

À Gisele, agradeço profundamente pelo cuidado, pela escuta sensível e pela forma como compreende e acolhe as vivências das mulheres com tanta empatia. Sua presença foi proteção, abrigo e também provocação — no melhor sentido —, despertando reflexões internas que me tornaram mais consciente e firme diante das durezas desse mundo.

Aos meus amigos Ariel e Núbia, pelo apoio, escuta e companheirismo ao longo dessa jornada. Aos colegas do mestrado, que compartilharam angústias, aprendizados e sonhos, tornando essa caminhada coletiva e significativa.

À professora Suzane, por sua influência marcante em minha trajetória acadêmica, por ter despertado em mim o interesse pela pesquisa ainda na graduação e por contribuir significativamente para a formação. Você pessoa que me ensinou que ser professor é ser, acima de tudo, humano, e foi um dos maiores aprendizados da minha trajetória na academia.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo) e à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), espaços de formação, construção de conhecimento e transformação, que foram fundamentais em minha trajetória.

A todos aqueles que cruzaram meu caminho durante essa jornada na UESB, que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho, deixo minha sincera gratidão.

RESUMO

Esta dissertação analisa o processo de territorialização da fruticultura no sul da Chapada Diamantina-BA, tomando como eixo interpretativo a noção de coerência regional estruturada formulada por David Harvey (2004;2005), a partir de uma abordagem crítica fundamentada no materialismo histórico. Trata-se de um estudo que investiga como a expansão do capital a partir da produção das frutas vermelhas reconfigura o espaço agrário e as relações sociais no território, compreendendo-o como expressão de relações de poder e de classe. Conforme contribuições de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007) e José de Souza Martins (1997; 2010), para compreender a subordinação do campesinato e a sujeição da renda da terra, é preciso situar a expansão da fruticultura no contexto da reprodução ampliada e da crise estrutural do capital. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adota abordagem qualitativa, articulando revisão bibliográfica, análise documental e trabalho de campo. Com aplicação de questionários a 50 agricultores familiares e realização de entrevista semiestruturada com representante do poder público, além do uso de dados secundários e elaboração de representações gráficas, a investigação caminhou no sentido de revelar as determinações essenciais que cercam a problemática. Os resultados evidenciam que a expansão da fruticultura não se configura como processo neutro de desenvolvimento, mas como estratégia de reorganização territorial do capital, marcada pela incorporação subordinada do campesinato, pela intensificação da dependência tecnológica e financeira e pela precarização das relações de trabalho. A análise demonstra que a coerência regional estruturada, longe de expressar equilíbrio territorial, constitui-se como coerência do ponto de vista do capital, sustentada por mecanismos ideológicos, institucionais e econômicos que impõe a produção de consentimento no sentido de absorver contradições fundantes e ocultar desigualdades estruturais. Conclui-se que a territorialização da fruticultura no sul da Chapada Diamantina aprofunda a sujeição da renda camponesa e redefine o território como espaço de valorização do capital, evidenciando que a permanência na terra, mediada por essas dinâmicas, pode representar forma específica de exploração, reafirmando o caráter contraditório do desenvolvimento no campo brasileiro.

Palavras-chave: Território; campesinato; fruticultura; coerência regional estruturada; sujeição da renda; Chapada Diamantina.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the process of the territorialization of fruit farming in the southern region of Chapada Diamantina, Bahia (BA), using as its interpretative axis the notion of structured regional coherence formulated by David Harvey (2004; 2005), based on a critical approach grounded in historical materialism. It is a case study that investigates how the expansion of berries reconfigures the agrarian space and social relations within the territory, understanding it as an expression of power and class relations, in accordance with the contributions of Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007) and José de Souza Martins (1997; 2010), particularly in explaining the subordination of the peasantry and the subjection of land rent, as well as situating the expansion of fruit farming within the context of expanded reproduction and the structural crisis of capital. From a methodological perspective, the research adopts a qualitative approach, combining bibliographic review, documentary analysis, and fieldwork, including the application of questionnaires to 50 family farmers and the conduction of a semi-structured interview with a representative of the public sector, in addition to the use of secondary data and the elaboration of graphical representations. The results show that the expansion of fruit farming does not constitute a neutral process of development, but rather a strategy of territorial reorganization of capital, marked by the subordinate incorporation of the peasantry, the intensification of technological and financial dependence, and the precarization of labor relations. The analysis demonstrates that structured regional coherence, far from expressing territorial balance, is constituted as coherence from the perspective of capital, sustained by ideological, institutional, and economic mechanisms that produce consent and conceal structural inequalities. It is concluded that the territorialization of fruit farming in the southern Chapada Diamantina deepens the subjection of peasant income and redefines the territory as a space for capital valorization, showing that remaining on the land, when mediated by these dynamics, may represent a specific form of exploitation, reaffirming the contradictory character of development in the Brazilian countryside.

Keywords: territory; peasantry; fruit farming; structured regional coherence; rent subjection; Chapada Diamantina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da Chapada Diamantina/BA. 16
Figura 2 – Fotografia da área de cultivo tradicional de banana, aipim e manga, no município de Ibicoara-BA. 25
Figura 3 – Produção de café no município de Barra da Estiva-BA, 1992. 31
Figura 4 – Produção de café no município de Barra da Estiva-BA, 1996. 32
Figura 5 – Maurina Aguiar, Rainha do Café em Barra da Estiva - 1985 33
Figura 6 – Rainha do café no Desfile cívico em Barra da Estiva, 7 de setembro de 1985, a alegoria fez parte de uma das alas do Colégio Cenecista.....33
Figura 7 – Produção de morango suspenso, Ibicoara, 2024.....38
Figura 8 – Cultivo de morango suspenso, produção camponesa, Barra da Estiva, 2024. 38
Figura 9 – Instalação de morango tradicional e sistema de irrigação por gotejamento.....39
Figura 10 – Produção de mirtilos na fazenda Igarashi, em Ibicoara-BA, sistema de irrigação por gotejamento e aspersão, 2024. 39
Figura 11 – Produção de mirtilos em Ibicoara-BA, 2024. 40
Figura 12 – Produção de framboesas em Ibicoara-BA, 2024. 40
Figura 13 – Produção de Mucugê - BA, 2024. 41
Figura 14 – 2º corrida do morango do município de Barra da Estiva - BA 58
Figura 15 – Inauguração da Reforma da BA 142, que liga os municípios Mucugê, Ibicoara e Barra da Estiva, 2025. 60
Figura 16 – Cartaz de divulgação do V evento dos produtores rurais na Chapada Diamantina - BA, 2013. 71
Figura 17 – Cartaz de divulgação do VII evento dos produtores rurais na Chapada Diamantina - BA, 2015. 71
Figura 18 – curso técnico agrícola realizado em Barra da Estiva-BA 74
Figura19 – Estabelecimento de frutas vermelhas, localizado na BA-142, que liga os municípios de Barra da Estiva, Ibicoara e Mucugê, na Bahia. 75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Entrevistados que dependem exclusivamente da agricultura (2025) 24
Gráfico 2 – Conhecimento dos custos da produção pelos agricultores (2025) 26
Gráfico 3 – Acesso a orientação do Estado referente ao plantio 26
Gráfico 4 – Acesso a orientação técnica privada 27
Gráfico 5 – Forma de contratação de trabalhadores na agricultura familiar no sul da Chapada Diamantina. 28
Gráfico 6 – Produção do café em toneladas de 2004 a 2023 no território em estudo.....25
Gráfico 7 – Complementação de renda entre os agricultores 52
Gráfico 8 – Saída dos filhos da produção rural 52
Gráfico 9 – Contribuição dos jovens ao sustento familiar 53
Gráfico 10 – Grau de escolaridade dos agricultores 57
Gráfico 11 – Uso de Insumos e mecanização na agricultura camponesa 65
Gráfico 12 – Produção do morango 78
Gráfico 13 – Quantidade de Estabelecimentos Agropecuários 81
Gráfico 14 – Instituições financeiras registradas pelo IBGE entre os anos 2009 - 2023 no Sul da Chapada Diamantina. 83
Gráfico 15 – Conhecimento da origem dos agrotóxicos 84
Gráfico 16 – Complementação de renda 88
Gráfico 17 – Quantidade de camponeses que acreditam lucrar de forma justa na produção da fruticultura 91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADAB – Agência de Defesa Agropecuária da Bahia
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BR – Rodovia Federal do Brasil
CAF – Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CEPAGRI – Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura
CNM – Confederação Nacional de Municípios
COOPCHAPADA – Cooperativa dos Produtores Rurais da Chapada Diamantina
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
GEOGRAFAR – Geografia dos Assentamentos em Áreas Rurais
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
QGIS – Quantum Geographic Information System
SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMAGRI – Secretaria Municipal de Agricultura
SETAF – Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar
SIG – Sistema de Informações Geográficas
UFPA – Unidade Familiar de Produção Agrária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13

2 OS PROCESSOS HISTÓRICOS E AS DINÂMICAS AGRICULTURA NO TERRITÓRIO DO SUL DA Chapada Diamantina 22

2.1 Dinâmicas Agrárias no sul da Chapada Diamantina-BA 23

2.2 O contexto histórico do café na região e o fortalecimento da agricultura mercantil 29

2.3 A produção de Frutas Vermelhas no sul da Chapada Diamantina 35

3 A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E OS LIMITES DA COERÊNCIA REGIONAL ESTRUTURADA 43

3.1 As estratégias da territorialização do capital fruticultor no campo 54

4 O "DESENVOLVIMENTISMO" COMO ESTRATÉGIA DE LEGITIMAÇÃO DA TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL FRUTICULTOR 68

4.1 Os instrumentos do desenvolvimentismo na territorialização do capital fruticultor 70

4.2 O Processo de Financeirização do Capital Fruticultor 76

4.3 A sujeição da renda camponesa no sul da Chapada Diamantina – BA 86

CONCLUSÃO 93

REFERÊCIAS 96

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa analisa o processo de territorialização da fruticultura no sul da Chapada Diamantina-BA, tomando como eixo interpretativo a noção de coerência regional estruturada, conforme formulada por David Harvey (2005), ao mesmo tempo em que tenciona seus limites explicativos quando confrontada com a realidade concreta do campo brasileiro. Parte-se do pressuposto de que o território não se configura como uma instância neutra ou meramente funcional à organização produtiva, mas como expressão histórica de relações de poder, marcadas por contradições entre capital e trabalho.

No contexto investigado, a territorialização da fruticultura, em especial das frutas vermelhas, não pode ser compreendida como simples diversificação produtiva ou como resultado espontâneo das condições naturais da região. Ao contrário, trata-se de um movimento inserido na dinâmica de reprodução ampliada do capital, que reorganiza o espaço agrário a partir da incorporação de novas técnicas, da reestruturação das relações de trabalho e da intensificação dos mecanismos de dependência camponesa. Nesse processo, o território é progressivamente conformado às exigências da acumulação, ao mesmo tempo em que preserva, de forma contraditória, a presença do campesinato.

A pesquisa evidencia que a permanência do camponês na terra não implica, necessariamente, autonomia ou emancipação. Ao contrário, a territorialização do capital no campo pode se efetivar por meio de formas indiretas de expropriação, nas quais o produtor permanece formalmente proprietário, mas se encontra subordinado às dinâmicas do mercado, às exigências técnicas e às estruturas de comercialização. Assim, a exploração não se manifesta apenas pela expulsão, mas também pela permanência subordinada, revelando que a reprodução do campesinato, nessas condições, integra o próprio movimento de valorização do capital, nesse contexto torna-se essencial compreender o território como um processo de monopolização, sendo este, um dos conceitos centrais tratados durante a pesquisa.

É nesse sentido que a noção de coerência regional estruturada é analisada. A análise do sul da Chapada Diamantina revela que tal coerência se constitui de maneira profundamente desigual, sendo, em grande medida, uma coerência do ponto de vista do capital, sustentada pela precarização do trabalho, pela dependência tecnológica e

pela subordinação da produção camponesa.

O recorte territorial da pesquisa abrange os municípios de Barra da Estiva, Ibicoara e Mucugê, situados no sul da Chapada Diamantina, região marcada por sucessivas reconfigurações produtivas, que incluem a mineração, a agricultura de subsistência, a expansão da cafeicultura e, mais recentemente, a territorialização da fruticultura. Essas transformações não ocorreram de forma linear, mas como parte de processos históricos de reorganização do espaço, nos quais o capital se apropria seletivamente das condições naturais e sociais existentes, redefinindo usos da terra, relações de trabalho e formas de reprodução social.

A formulação de David Harvey é mobilizada como eixo analítico, sobretudo no que diz respeito aos conceitos de coerência regional estruturada. Harvey contribui para compreender como o capital, diante de crises de superacumulação, reorganiza o espaço como estratégia de absorção de excedentes de capital e trabalho. No entanto, sua teoria é utilizada, uma vez que, ao analisar a realidade do sul da Chapada Diamantina, evidencia-se que a coerência produzida não é socialmente equilibrada, mas funcional à lógica da acumulação, sustentada por desigualdades estruturais.

Essa análise é aprofundada à luz das contribuições de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, cuja abordagem permite compreender a territorialização do capital no campo como processo de apropriação da renda da terra e de subordinação da produção camponesa. Oliveira é fundamental para evidenciar que a permanência do campesinato não representa resistência autônoma, mas, muitas vezes, condição necessária à reprodução do capital, especialmente em contextos de agricultura mercantilizada.

Nessa mesma direção, as reflexões de José de Souza Martins são mobilizadas para compreender a noção de sujeição da renda da terra e a permanência subordinada do campesinato. A partir de Martins, torna-se possível interpretar que a exploração no campo não se dá apenas pela expropriação direta, mas também por formas mais complexas de dominação, nas quais o camponês permanece na terra, porém integrado de maneira subordinada às dinâmicas do capital.

Adicionalmente, a análise dialoga com Rosa Luxemburgo, especialmente no que se refere à expansão do capital sobre formas não capitalistas, permitindo compreender como o campesinato é incorporado à dinâmica da acumulação sem necessariamente ser eliminado.

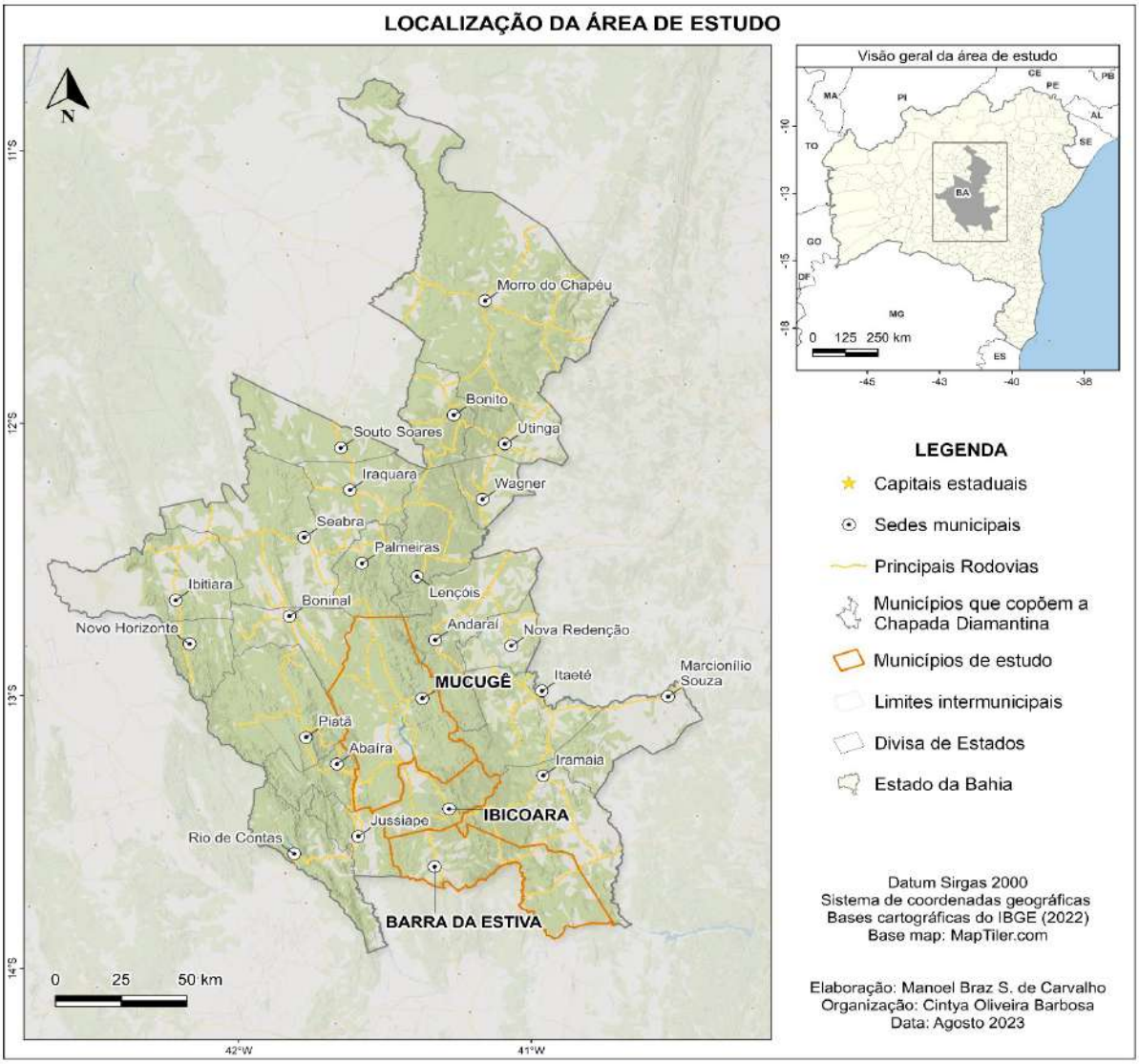
Por fim, o diálogo com autoras como Alexandrina Luz Conceição e Suzane

Tosta Souza reforça a análise dialética sobre a dominação do Capital no campo e suas implicações no território em análise, especialmente no que se refere às formas contemporâneas de subordinação, resistência e reorganização do campesinato.

Assim, o estudo busca identificar como esses processos se reproduzem no território da Chapada Diamantina, com foco nos municípios de Barra da Estiva, Ibicoara e Mucugê, analisando as implicações da produção de commodities agrícolas na dinâmica capitalista e suas consequências para o espaço social. A pesquisa contribui para a análise do modo de produção capitalista, destacando o território como resultado de uma relação contraditória e, portanto, conflituosa entre capital e trabalho.

A Chapada Diamantina é composta por 24 municípios, entre os quais se destacam Barra da Estiva, Ibicoara e Mucugê, recorte empírico desta pesquisa. A Chapada se localiza na microrregião de Seabra e é drenada pelo Alto Paraguaçu, cuja relevância hídrica é decisiva para a agricultura regional. O rio Paraguaçu, cuja nascente se localiza em Barra da Estiva, abastece 86 municípios baianos, configurando-se como elemento estruturante para a territorialização de diferentes fases da produção vinculada ao mercado. Altitudes entre 800 e 1.200 metros, clima tropical de altitude e temperaturas que variam entre 13°C e 28°C, segundo a Embrapa (2022), constituem atributos ambientais que favoreceram, em momentos distintos, tanto a expansão da cafeicultura quanto, décadas depois, a difusão da fruticultura de clima temperado. Essas condições naturais, no entanto, não explicam por si mesmas as transformações ocorridas. Como ensina Oliveira (2000), o território é antes uma relação social, e não simplesmente um recorte físico-administrativo. Assim, não se trata de atribuir às características edafoclimáticas um protagonismo causal, mas de compreender como tais elementos foram apropriados seletivamente pelas diferentes racionalidades econômicas que se impuseram ao longo do tempo.

Figura 1: Localização da Chapada Diamantina/BA.



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A presente investigação se faz importante pela carência de estudos críticos em relação ao processo de apropriação do espaço analisado, além de sua relevância pela escassez de estudos da geografia crítica e social voltados para a Chapada Diamantina. Demonstrar como esses processos se articulam como forma de produção do território ajudará a ampliar o entendimento sobre os impactos na região e reforçará a importância da análise geográfica. Assim, problematiza-se na pesquisa: de que maneira se estabelece territorialização da fruticultura no Sul da Chapada Diamantina? Quais transformações ocorreram no espaço do sul da Chapada Diamantina nas

últimas décadas devido à territorialização da fruticultura? Como se concretizam os processos de sujeição do trabalho e da renda camponesa com a inserção da fruticultura no sul da Chapada Diamantina?

Do ponto de vista metodológico, o levantamento de dados empíricos foi necessário para aprofundar a compreensão do contexto e das implicações dos processos de territorialização estudados. A coleta de dados incluiu a aplicação de questionários a 50 unidades de produção familiar que cultivam frutas vermelhas como commodities, e uma entrevista semiestruturada com um secretário de agricultura da área em estudo. Paralelamente, dados secundários foram obtidos por meio de fontes como relatórios governamentais, instituições de pesquisa e estatísticas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) sobre produção agrícola e estrutura fundiária, além de informações de instituições como GeografAR (Geografia dos Assentamentos em Áreas Rurais), Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI), Cooperativa dos Produtores Rurais da Chapada (COOPCHAPADA), Sebrae, Embrapa, Cepagri, e a Receita Federal do Brasil.

A análise dos dados foi realizada através da categorização e interpretação das informações coletadas. Foram identificados dados relevantes que permitem uma compreensão detalhada dos processos de territorialização da fruticultura a partir da efetivação da coerência regional estruturada. Essa abordagem qualitativa enriquece a pesquisa, fornecendo uma visão mais profunda das narrativas individuais e coletivas que emergem do território.

A representação cartográfica foi também um instrumento importante para a ilustrar o recorte territorial da pesquisa, elaborando um mapa da área de estudo utilizando o Sistema de Informações Geográficas (SIG) através do software QGIS 3.28.9, que possibilitou a visualização, edição e análise de dados geográficos. Imagens comparativas entre o passado e o presente foram utilizadas para ilustrar os impactos do capital sobre o território, com destaque para a transição produtiva e a expansão agrícola no período de 1980 a 2023. Gráficos foram gerados para identificar tendências e correlações entre a produção agrícola, a concentração de terras e toda a sistematização de dados coletados na pesquisa de campo.

A convergência dos resultados qualitativos e quantitativos possibilita a construção de um panorama abrangente sobre a realidade do território do sul da Chapada Diamantina. A interpretação dos dados, à luz das teorias discutidas na

revisão bibliográfica, permite uma análise aprofundada dos resultados, oferecendo uma compreensão sobre fenômenos observados.

Destaca-se que todas as etapas da pesquisa serão conduzidas em conformidade com princípios éticos, assegurando a confidencialidade dos participantes e o cumprimento das normas de pesquisa. A metodologia adotada visa fornecer uma visão abrangente da gênese da coerência regional estruturada no sul da Chapada Diamantina como processo determinante para a territorialização da fruticultura, e contribuir para um entendimento completo dos desafios desta realidade complexa.

Para tanto, a pesquisa é estruturada em 4 seções que são estabelecidas a partir dos objetivos do trabalho. Nesta primeira seção, intitulada **introdução**, apresentamos a problemática de pesquisa, os objetivos, bem como os processos metodológicos.

A **Seção 2**, intitulada *Os processos históricos e as dinâmicas da agricultura no território do sul da Chapada Diamantina*, tem como objetivo reconstruir a trajetória histórica e as transformações estruturais que conformam o espaço agrário da região. Parte-se do entendimento de que a atual expansão da fruticultura não constitui um fenômeno isolado, mas resulta de um longo processo de reorganização territorial, marcado por sucessivos ciclos econômicos, como a mineração, a agricultura de subsistência, a cafeicultura e, mais recentemente, a introdução das frutas vermelhas.

A seção evidencia que o território não se desenvolveu de forma linear ou homogênea, mas a partir de dinâmicas contraditórias que envolveram disputas pelo uso da terra, intervenções do Estado, mudanças nas formas de trabalho e reconfigurações nas estratégias de reprodução camponesa. Nesse sentido, a análise histórica permite compreender como a base camponesa foi sendo progressivamente tensionada e rearticulada sob a lógica da agricultura mercantil.

Ao aprofundar as dinâmicas agrárias, o capítulo demonstra que a transição de uma agricultura diversificada, voltada ao autoconsumo, para um modelo produtivo especializado e orientado ao mercado implicou a incorporação de tecnologias, a ampliação da dependência de insumos externos e a intensificação da subordinação dos agricultores às cadeias produtivas. Os dados empíricos evidenciam que essa especialização não apenas redefine o uso da terra, mas também reconfigura as relações de trabalho, marcadas pela sazonalidade, precarização e perda de autonomia produtiva.

A análise do ciclo do café revela ainda a formação de uma coerência regional estruturada baseada na articulação entre Estado, mercado e infraestrutura, evidenciando que a organização do território esteve historicamente vinculada à lógica da acumulação capitalista, por sua vez, geradora de profundas contradições que acabam por defini-lo. Contudo, tal coerência mostrou-se instável e socialmente desigual, abrindo espaço para a inserção de novas culturas, como as frutas vermelhas, que passam a reconfigurar o território sob novas bases técnicas e econômicas com profundas repercussões para o mundo do trabalho.

Ao abordar a produção de frutas vermelhas, a seção demonstra que sua expansão está associada a um processo de modernização seletiva, no qual a tecnificação do campo, embora amplie a produtividade, aprofunda desigualdades, intensifica a dependência econômica e redefine as formas de subordinação do trabalho camponês. Assim, o capítulo evidencia que a atual configuração produtiva do sul da Chapada Diamantina é resultado de continuidades e rupturas históricas, revelando um território marcado por contradições que se aprofundam no contexto da territorialização do capital.

A **Seção 3**, intitulada *A territorialização do capital e os limites da coerência regional estruturada*, tem como objetivo analisar o processo de reorganização territorial no sul da Chapada Diamantina à luz das dinâmicas de reprodução do capital, tomando como referência a teoria da coerência regional estruturada de David Harvey. A seção parte da compreensão de que o espaço é produzido como estratégia de enfrentamento das crises de superacumulação, sendo reorganizado para absorver excedentes de capital e trabalho, por meio de novos investimentos, reestruturações produtivas e redefinições territoriais.

Entretanto, ao confrontar essa formulação teórica com a realidade empírica da região, o capítulo evidencia os limites da abordagem harveyana, demonstrando que a coerência produzida não se configura como um arranjo equilibrado, mas como um pressuposto de funcionamento crítico por meio de uma articulação profundamente desigual, funcional à lógica da acumulação. Nesse contexto, a territorialização da fruticultura emerge como uma estratégia de “solução espacial” e provisória do capital, marcada pela incorporação de novas tecnologias, pela atuação ativa do Estado e pela reorganização das relações de trabalho e produção.

A análise demonstra que esse processo se sustenta por meio de múltiplas estratégias, que envolvem desde a construção de infraestrutura e a indução produtiva

até a formação técnica da força de trabalho e a difusão de discursos ideológicos de modernização e desenvolvimento. Tais elementos contribuem para a consolidação de uma coerência territorial que, embora aparente integração entre capital, Estado e trabalho, revela-se marcada por relações hierárquicas e pela subordinação do campesinato.

Os dados empíricos apresentados reforçam que a territorialização do capital não elimina a presença camponesa, mas a incorpora de forma subordinada, por meio da dependência tecnológica, do endividamento, da precarização do trabalho e da perda de autonomia produtiva. A permanência na terra, nesse sentido, não representa estabilidade, mas uma forma específica de inserção na lógica capitalista, na qual a pequena produção passa a operar sob as exigências externas do mercado e das cadeias agroindustriais.

Além disso, o capítulo evidencia o papel central do Estado na produção dessa territorialidade, atuando não como agente neutro, mas como mediador das necessidades do capital, ao promover políticas de regularização fundiária, assistência técnica, formação profissional e infraestrutura logística. Essas ações, embora apresentadas como instrumentos de desenvolvimento, contribuem para a consolidação de um território funcional à circulação de mercadorias e à valorização do capital.

Esta seção demonstra que a chamada coerência regional estruturada, no caso do sul da Chapada Diamantina, constitui-se como uma coerência do ponto de vista do capital, sustentada por contradições sociais profundas, como a ruptura da reprodução social camponesa, a saída das novas gerações do campo e a crescente vulnerabilidade econômica dos agricultores. Assim, a territorialização da fruticultura revela-se não como expressão de desenvolvimento equilibrado, mas como processo de intensificação das desigualdades e de reorganização subordinada do território

A **Seção 4**, intitulada *O "desenvolvimentismo" como estratégia de legitimação da territorialização do capital fruticultor*, tem como objetivo analisar o papel do discurso do desenvolvimento na consolidação da fruticultura no sul da Chapada Diamantina, evidenciando que a modernização produtiva não se traduz em melhoria efetiva das condições de vida, mas em mecanismo ideológico que legitima a subordinação do campesinato. A seção parte da crítica de que o desenvolvimento, longe de constituir um processo neutro ou universal, opera como construção discursiva articulada às necessidades de reprodução do capital, naturalizando relações desiguais e ocultando

as contradições estruturais da produção no campo.

Ao articular o referencial teórico com os dados empíricos, o capítulo demonstra que a territorialização da fruticultura se sustenta por meio de dispositivos ideológicos, institucionais e econômicos que produzem consentimento social, difundindo a ideia de progresso, modernização e pertencimento regional. Eventos, cursos técnicos, políticas públicas e campanhas institucionais são analisados como instrumentos que não apenas incentivam a produção, mas moldam subjetividades e orientam os agricultores à adesão a um modelo produtivo marcado pela dependência tecnológica, pelo endividamento e pela precarização do trabalho.

A análise evidencia, ainda, o papel central do Estado na construção dessa territorialidade, atuando como mediador da expansão do capital por meio de políticas de assistência técnica, regularização fundiária, infraestrutura e crédito rural. Essas ações, embora apresentadas como estratégias de fortalecimento da agricultura familiar, revelam-se como mecanismos de integração subordinada dos camponeses às dinâmicas do agronegócio e do capital financeiro, contribuindo para a financeirização da produção agrícola e para a redefinição do território como espaço de valorização do capital.

O capítulo demonstra que a expansão da fruticultura intensifica a especialização produtiva e amplia a presença de agentes empresariais e financeiros na região, resultando na reorganização das relações de produção e na crescente sujeição da renda camponesa. Os dados empíricos evidenciam que, apesar da permanência da pequena propriedade, os agricultores se encontram inseridos em cadeias produtivas que não controlam, operando sob condições impostas por mercados, empresas e instituições financeiras, o que limita sua autonomia e fragiliza a reprodução social.

Por fim, a seção aprofunda a análise ao demonstrar que a sujeição da renda camponesa constitui elemento central da territorialização do capital, evidenciando que a permanência na terra não representa emancipação, mas uma forma específica de exploração. A partir da articulação entre teoria e empiria, o capítulo revela que o discurso desenvolvimentista atua como elemento fundamental na legitimação desse processo, ao produzir uma coerência ideológica que mascara as desigualdades e sustenta a reprodução ampliada do capital no território.

2 OS PROCESSOS HISTÓRICOS E AS DINÂMICAS DA AGRICULTURA NO TERRITÓRIO DO SUL DA CHAPADA DIAMANTINA

A compreensão da territorialização da fruticultura no sul da Chapada Diamantina exige um retorno às bases históricas e sociopolíticas que conformaram a agricultura regional ao longo do tempo. Antes de chegar às dinâmicas atuais, marcadas pela especialização produtiva, dependência tecnológica e crescente financeirização, é necessário reconstruir os processos que estruturaram o território, moldaram as formas de uso da terra e definiram os caminhos de inserção dos camponeses nos tentáculos capitalistas.

A formação territorial no sul da Chapada Diamantina, na Bahia, não surgiu como um espaço homogêneo nem resultado de uma modernização linear. Ele é fruto de camadas históricas sobrepostas às práticas tradicionais de agricultura, ciclos econômicos descontínuos, reconfigurações do trabalho rural, disputas pelo uso da terra e intervenções do Estado. Ou seja, de diferentes formas com que se compôs a relação capital, trabalho e Estado (Mészáros, 2011). Cada uma dessas composições produziu efeitos nas relações sociais, nas formas de produção e nas estratégias de reprodução das famílias camponesas.

A formação histórica dos três municípios revela como essas racionalidades foram se sucedendo. Mucugê, o mais antigo, teve seu surgimento vinculado ao ciclo do ouro no início do século XIX, consolidando-se como vila em 1844 e cidade em 1853 IBGE (1958). Ibicoara, inicialmente integrada a Mucugê, desenvolveu-se lentamente através da mineração e, posteriormente, da agricultura, emancipando-se somente em 1962. Barra da Estiva, por sua vez, emerge no final do século XIX como ponto de parada de tropeiros e de agricultores atraídos pela fertilidade dos solos, consolidando-se como município em 1927 IBGE (1958).

Essas formações municipais não ocorreram de forma isolada, mas articuladas a processos mais amplos de reorganização territorial que acompanharam o avanço do capital no campo baiano. As fases predominantes foram sucessivas: a mineração, a agricultura de subsistência, a expansão do café em meados do século XX e, mais recentemente, a territorialização das frutas vermelhas.

Assim, o território que se observa hoje não é resultado de uma evolução natural, mas de movimentos contínuos e descontínuos de incorporação, expulsão,

indução produtiva e reorganização espacial. Como sintetiza Martins (1997), “o capital transforma o espaço segundo suas necessidades, mas deixa marcas de todas as formas sociais que destruiu ou subordinou”. Essa formulação encontra materialidade na presente pesquisa, no território sul da Chapada Diamantina.

Contudo, essas transformações não apagaram o passado, elas se apoiam e dialogam com ele como um movimento dialético entre superação x manutenção. A especialização produtiva que hoje caracteriza o território só se sustenta sobre uma base camponesa historicamente consolidada, mas progressivamente tensionada. Assim, este capítulo busca abordar aspectos da trajetória produtiva da região para revelar que a atual expansão da fruticultura não é um fenômeno isolado, tampouco natural. Trata-se do resultado de mudanças estruturais que reorganizam o território e criam novas formas de dependência e vulnerabilidade.

É nesse sentido que a análise histórica não é mero pano de fundo, mas componente essencial para compreender como o território se tornou fértil para a territorialização do capital fruticultor, tema aprofundado no capítulo seguinte. Ao situar a agricultura local em sua trajetória mais ampla, torna-se possível identificar não apenas as continuidades e rupturas, mas também as contradições que estruturam a vida camponesa no presente

2.1 Dinâmicas Agrárias no sul da Chapada Diamantina-BA

A formação agrícola do sul da Chapada Diamantina-BA resulta de um longo processo histórico que articula práticas tradicionais, transformações técnicas e mudanças estruturais no uso da terra. A agricultura regional se consolidou por meio de dinâmicas sociais, políticas e econômicas que moldaram as formas de produção e o próprio modo de vida camponês. Nesse sentido, compreender o presente avanço da fruticultura, especialmente das frutas vermelhas, exige retomar essas camadas históricas, pois é nelas que se inscrevem tanto as potencialidades quanto às contradições do modelo atual.

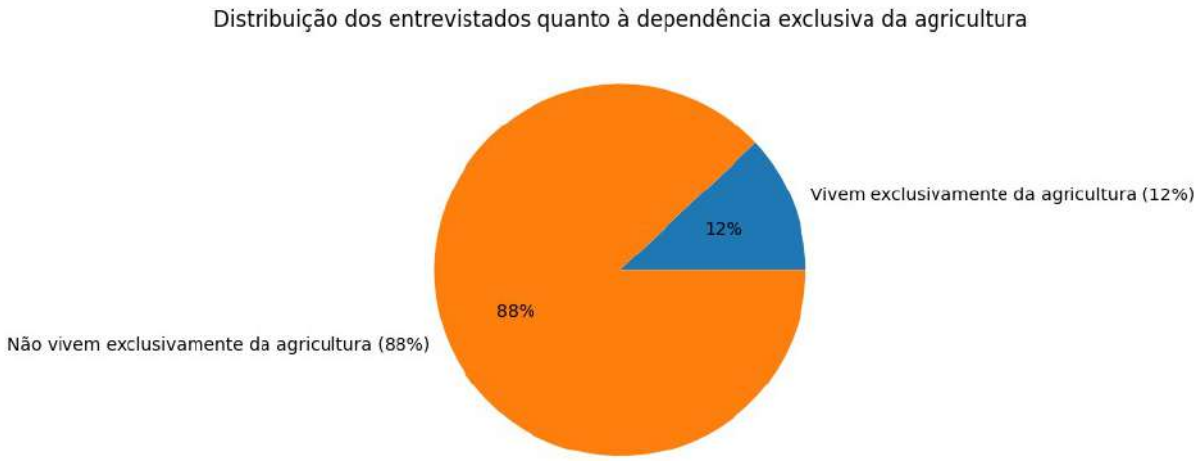
Desde o início do povoamento da região, predomina uma agricultura baseada na policultura, articulada ao autoconsumo e a mercados locais. Essa agricultura diversificada exigia baixo uso de insumos externos e dependia de um conhecimento ancestral de manejo de culturas, transmitido entre gerações. A terra assumia centralidade não apenas como meio de trabalho, mas como fundamento “identitário”,

elemento que configurava o que Martins (1986) define como “tempo camponês”, baseado no ritmo da vida familiar, das estações e das necessidades coletivas.

Esse padrão se manteve por décadas, ainda que permeado por ciclos econômicos como o da mineração, do café e de produtos extrativos. Porém, a partir da década de 1990, o avanço das políticas neoliberais e das agendas de modernização agrícola alterou de maneira profunda a estrutura agrária. A introdução de novas tecnologias, o acesso ampliado ao crédito rural e a atuação de empresas privadas ampliaram a pressão para que os agricultores migrassem da agricultura de subsistência para culturas comerciais. O próprio Estado, conforme observado por Delgado (2012), assumiu papel ativo na promoção da integração dos pequenos produtores às cadeias agroindustriais, reforçando a passagem da autonomia camponesa para uma lógica produtiva orientada pelo mercado.

Esse processo foi acompanhado por transformações na própria concepção social da terra. Antes, ela era base da vida comunitária, hoje, transforma-se progressivamente em ativo produtivo vinculado à rentabilidade. No entanto, como mostram os dados de campo, essa transição não se deu de forma homogênea. Segundo os dados da pesquisa, embora 100% dos entrevistados sejam proprietários, apenas 12% afirmam viver exclusivamente da agricultura, reforçando que a terra permanece como referência simbólica, mas com menor capacidade de sustentar sozinha a reprodução familiar.

Gráfico 1 - Entrevistados que dependem exclusivamente da agricultura (2025)



Fonte: pesquisa de campo, 2025.

Figura 2 – Fotografia da área de cultivo tradicional de banana, aipim e manga, no município de Ibicoara-BA.



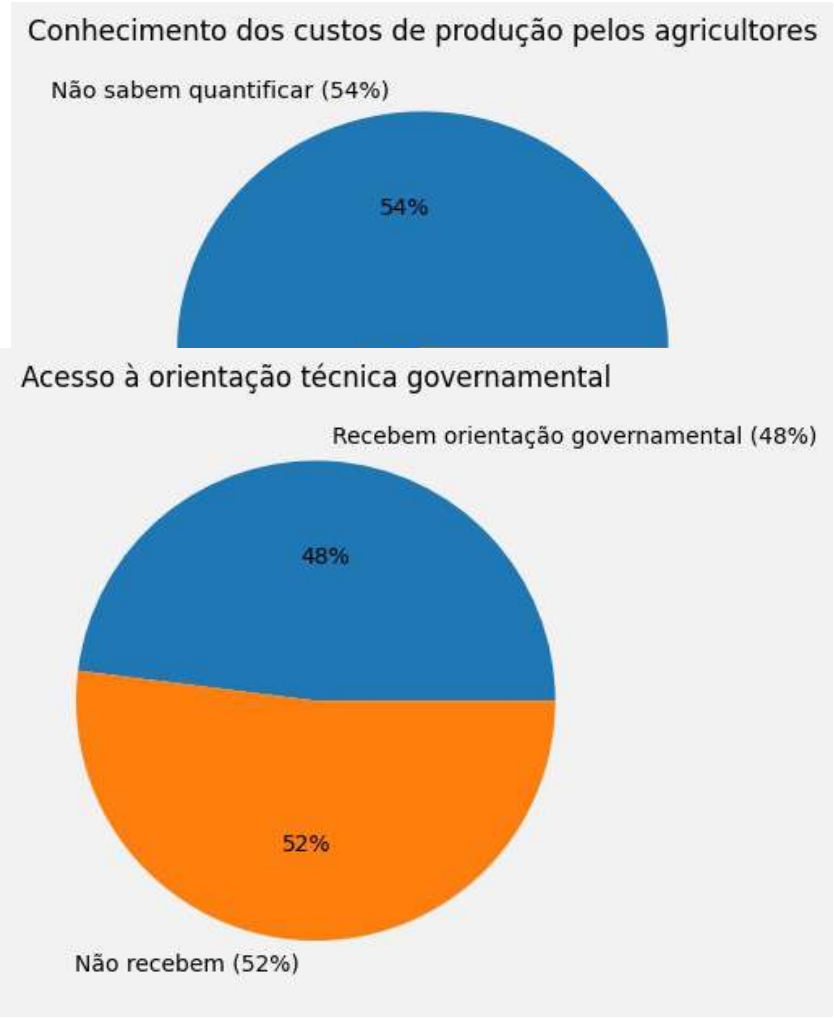
Fonte: pesquisa de campo, 2025.

A especialização produtiva, sobretudo com a entrada da fruticultura, intensificou essas mudanças. O cultivo do morango e de outras frutas como amora,

framboesa e mirtilo, trouxeram novas exigências técnicas, como uso intensivo de insumos químicos, estufas, mudas certificadas e irrigação automatizada, elementos alheios à lógica produtiva camponesa histórica. Essa especialização não substituiu apenas práticas agrícolas, mas reorganizou o trabalho, o tempo social e as relações de dependência.

Como observam Schneider e Cassol (2013), a especialização agrícola, quando vinculada ao mercado global de alimentos, tende a “estreitar as margens de autonomia” dos pequenos produtores. Essa tendência aparece com clareza nos dados da pesquisa: 54% dos agricultores não sabem quantificar seus próprios custos de produção e 48% dependem da orientação técnica governamental, enquanto 32% recebem orientação diretamente de empresas privadas, como a Peterfrut. Na prática, isso significa que a especialização não nasce de uma escolha livre, mas de um processo de indução institucional.

Gráfico 2 - Conhecimento dos custos da produção pelos agricultores (2025)

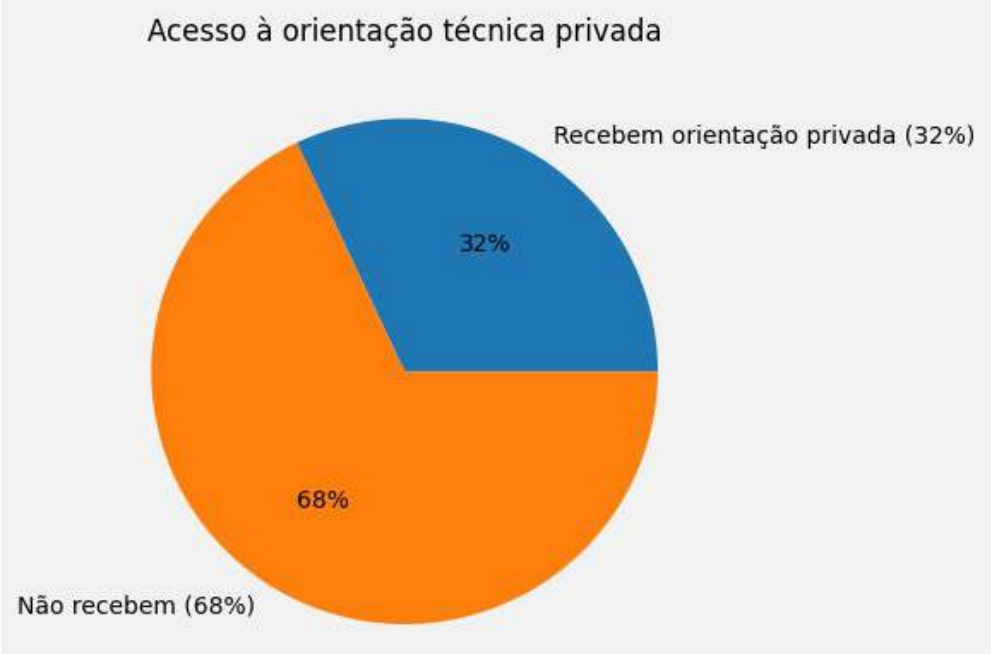


Fonte: Pesquisa de campo, (2025).

Gráfico 3 - Acesso a orientação do Estado referente ao plantio

Fonte: Pesquisa de campo, (2025).

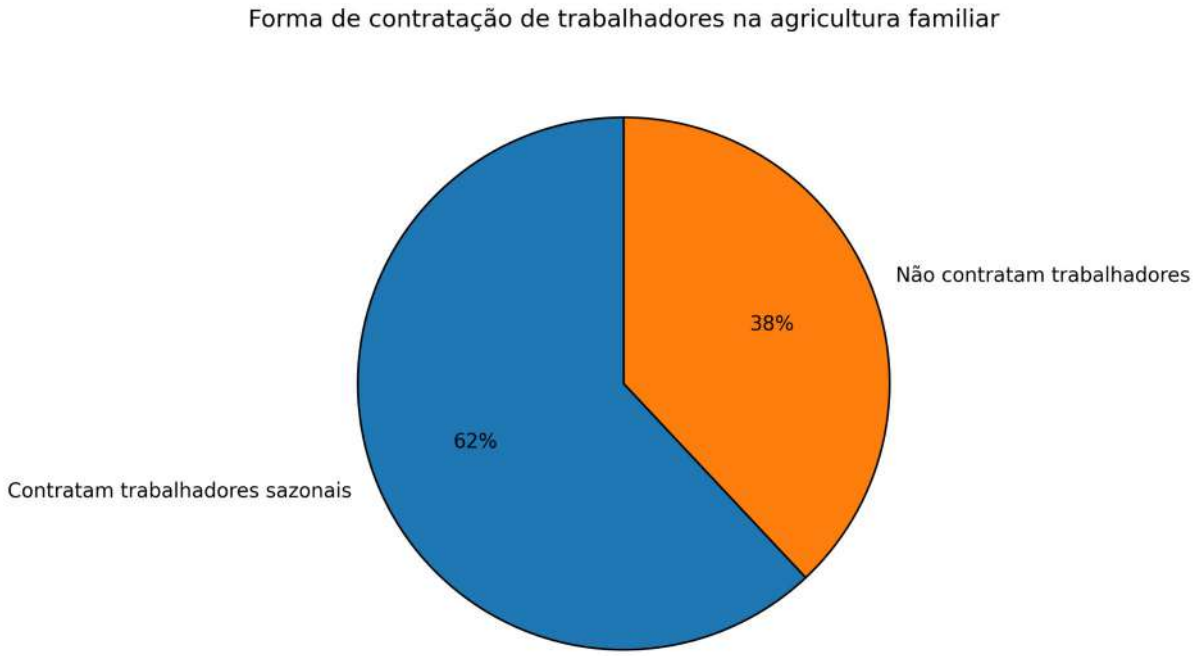
Gráfico 4 - Acesso a orientação técnica privada



Fonte: Pesquisa de campo, (2025).

A especialização também provocou mudanças no uso da força de trabalho. Antes, a agricultura familiar funcionava com base no trabalho doméstico e comunitário, hoje, mesmo em pequenas propriedades, 62% dos entrevistados contratam mão de obra sazonal. Esse uso de trabalho temporário rompe com o padrão histórico de solidariedade camponesa e fortalece práticas típicas do agronegócio, como a rotatividade e a intermitência laboral.

Gráfico 5 – Forma de contratação de trabalhadores na agricultura familiar no sul da Chapada Diamantina.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O dado empírico expresso no Gráfico 2 reforça que a atual reorganização da fruticultura no sul da Chapada Diamantina está profundamente articulada às transformações estruturais do trabalho agrícola. O fato de 62% dos produtores contratarem trabalhadores exclusivamente de forma sazonal, sem a presença de vínculos permanentes, evidencia que a especialização produtiva não apenas redefine o uso da terra, mas também reconfigura as relações sociais de produção, aprofundando a flexibilidade e a instabilidade do trabalho no campo.

Esse cenário dialoga diretamente com a compreensão de que a história agrícola regional não pode ser interpretada como uma trajetória linear rumo ao progresso. Ao contrário, como destacado, trata-se de um processo marcado por continuidades e rupturas, no qual formas tradicionais de organização camponesa são progressivamente apropriadas e rearranjadas sob novas racionalidades produtivas. A sazonalidade do trabalho, associada a diárias entre R$ 80,00 e R$ 100,00, revela uma lógica de contratação ajustada aos picos produtivos e às exigências do mercado, deslocando os riscos econômicos para os trabalhadores e para as famílias agricultoras.

Para Antunes (2018), essa dinâmica expressa a ampliação da precarização estrutural do trabalho, marcada pela informalidade, pela instabilidade e pela fragilização dos direitos trabalhistas, fenômenos que não se restringem ao espaço urbano, mas avançam de forma significativa sobre o meio rural. No contexto da fruticultura da Chapada Diamantina, a contratação sazonal revela-se como um dos principais mecanismos de disciplinamento da força de trabalho, subordinando-a aos ritmos produtivos e às exigências técnicas impostas pelas empresas de insumos e pelo mercado consumidor.

Assim, a nova economia agrícola que se consolida na região não elimina completamente o passado camponês, mas o reformula sob novas bases de dependência, tanto tecnológica quanto mercantil. Como observa Martins (1991; 2004), essas transformações tendem a preservar elementos da pequena produção, mas esvaziando sua autonomia, convertendo o agricultor em um agente subordinado às lógicas externas de financiamento, fornecimento de insumos e comercialização. Desse modo, a fruticultura especializada passa a expressar, simultaneamente, modernização produtiva e reprodução de desigualdades, reafirmando que o "progresso" agrícola se constrói de forma contraditória e socialmente seletiva.

Se por um lado a especialização amplia a inserção dos agricultores no mercado, por outro ela cria novas vulnerabilidades, como dependência tecnológica, intensificação de custos e subordinação às empresas de insumos, aspectos que emergem claramente no Capítulo 3, quando entramos na discussão da territorialização do capital.

Assim, a compreensão da atual estrutura fruticultora precisa reconhecer seu enraizamento histórico, mas também sua ruptura com a lógica produtiva camponesa tradicional. A construção dessa nova economia agrícola não substitui completamente o passado, mas o rearranja sob novas formas de dependência, disciplinamento e precarização.

2.2 O contexto histórico do café na região e o fortalecimento da agricultura mercantil

Para que o café se territorializasse no sul da Chapada Diamantina, foi necessário estruturar um conjunto de condições materiais, políticas e simbólicas que permitissem sua reprodução ampliada. Em termos harveyanos, pode-se afirmar que a

consolidação da chamada “região do café” esteve associada à formação de uma coerência regional estruturada, entendida como a articulação entre infraestrutura, força de trabalho, Estado e mercados, capaz de garantir estabilidade relativa à circulação do capital em determinado território (HARVEY, 2004). Contudo, como a análise empírica revela, essa coerência nunca foi homogênea nem socialmente equilibrada: ela se constituiu como coerência funcional ao capital, assentada sobre profundas desigualdades sociais e territoriais.

O café ultrapassou a condição de simples produto agrícola e converteu-se em elemento estruturante da organização territorial e simbólica da região. Sua expansão não ocorreu de forma espontânea, mas foi mediada por processos históricos de apropriação da terra, reorganização das relações de trabalho e incorporação ideológica do cultivo como sinônimo de progresso. Desde o século XIX, o café já ocupava lugar central no projeto agrário brasileiro, associado à inserção subordinada do país nos circuitos internacionais de acumulação. Essa inserção ideológica também alcançou o sul da Chapada Diamantina, ainda que em temporalidade distinta.

A expansão cafeeira na região foi impulsionada pela crise do ciclo do diamante. Com o fim da mineração, as cidades entraram em decadência econômica, criando as condições para a busca de novas alternativas produtivas. Nesse contexto, a agricultura e, particularmente, o café, surge como nova estratégia de territorialização do capital. Como aponta Carregosa (2017, p. 7), após a Proclamação da República, a região passou a ser controlada por oligarquias locais, que intensificaram as disputas pela terra e pelo poder político, reforçando a concentração fundiária e a subordinação do trabalho.

A inserção efetiva do café no sul da Chapada Diamantina ocorre de forma mais sistemática a partir da década de 1970, quando a cultura passa a ser tecnificada e integrada a políticas estatais de modernização agrícola. Conforme relata Caires (2009), a introdução do café Catuaí, acompanhada de assistência técnica, financiamento bancário e investimentos institucionais, transformou profundamente a base produtiva local:

> Pouco tempo após as primeiras plantações de café catuaí, o Banco do Brasil foi aberto em nossa cidade, dando oportunidades para que diversas pessoas pudessem renovar ou fazer suas plantações. Daí em diante o cultivo do café passou a ser expansivo (CAIRES, 2009, p. 1).

Essa passagem evidencia o papel ativo do Estado e do sistema financeiro na conformação da coerência regional cafeeira. Não se tratava apenas de produzir café, mas de estruturar um território apto à circulação do capital: mecanização, beneficiamento, abertura de crédito, infraestrutura viária e reorganização urbana caminharam de forma articulada. Para Harvey, esses elementos poderiam ser interpretados como componentes de uma coerência regional funcional, ainda que, não sem intensificação da exploração do trabalho e a subordinação camponesa.

Figura 3: Produção de café no município de Barra da Estiva-BA, 1992.



Fonte: Pesquisa (2025).

Figura 4: Produção de café no município de Barra da Estiva-BA, 1996.



Fonte: Acervo pessoal.

As imagens da década de 1990 revelam uma paisagem profundamente marcada pela monocultura cafeeira, expressão material de um processo histórico de produção do espaço agrário subordinado à lógica mercantil. A terra, nesse contexto, foi convertida em meio de produção orientado à valorização do capital, conforme assinala Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007), quando afirma que, no capitalismo, a propriedade privada da terra se configura como mecanismo de apropriação da renda social.

Como Arizzola (2022, p. 80) reforça essa interpretação ao destacar que a produção cafeeira no Alto Paraguaçu se consolidou como atividade de exclusiva dedicação comercial, voltada à exportação para mercados distantes. Tal especialização produtiva não apenas concentrou terras, como também redefiniu as relações sociais no campo, intensificando a desigualdade fundiária e a dependência dos produtores às flutuações do mercado internacional.

Apesar disso, a coerência regional cafeeira não se sustentou apenas por mecanismos econômicos e políticos. Sua legitimação passou também pela dimensão cultural. Durante décadas, a Festa do Café em Barra da Estiva operou como

dispositivo simbólico de naturalização da monocultura, associando o café à identidade local, ao orgulho regional e à ideia de progresso. A cultura, nesse sentido, funcionou como elemento ideológico fundamental para a consolidação territorial do capital no campo.

Figura 5: Maurina Aguiar, Rainha do Café em Barra da Estiva - 1985



Fonte: Pesquisa, 2025.

Figura 6: Rainha do café no Desfile cívico em Barra da Estiva, 7 de setembro de 1985, a alegoria fez parte de uma das alas do Colégio Cenecista.

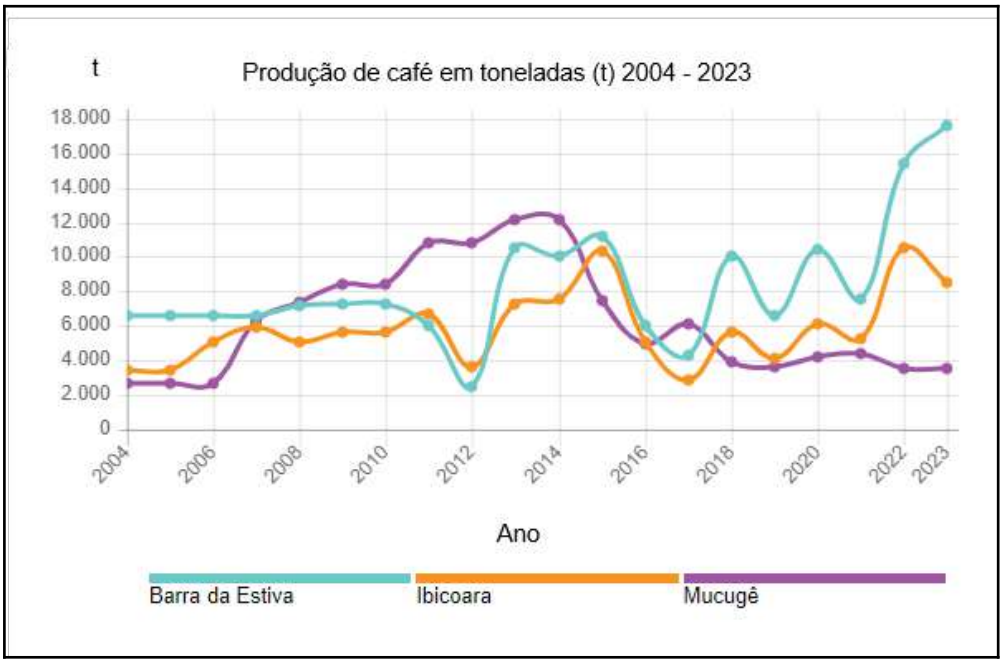


Fonte: Pesquisa, 2025

Essa dimensão cultural tensiona diretamente a leitura de David Harvey. Embora o autor reconheça a importância das alianças políticas e institucionais na formação da coerência regional, sobretudo, por considerar aspectos ideológicos diante da necessidade de "criação de consciências nacional, regional e local (inclusive tradições de lutas de classes) (Harvey, 2005, p. 147), não apresenta os próprios limites da coerência como estratégia sustentável diante a transitoriedade imposta pela crise estrutural. No caso da Chapada Diamantina, a coerência regional associada à produção cafeeira não se constituiu apenas a partir de bases técnicas ou infraestruturais, mas foi também culturalmente construída, incorporada ao cotidiano e internalizada como horizonte de vida pelos sujeitos locais.

Os dados do IBGE revelam, contudo, a forma e a tentativa de imposição dessas coerências como estratégia de "organização" do espaço pelo capital, bem como seu caráter efetivamente transitório diante suas crises. Entre 2015 e 2017, a produção cafeeira nos municípios estudados caiu 45%, evidenciando a vulnerabilidade do território às crises do capital. Ainda que a produção volte a crescer após 2020, o período de retração abre espaço para a inserção de novas culturas agrícolas, como o maracujá e, posteriormente, as frutas vermelhas, inaugurando uma nova etapa da territorialização do capital no campo.

Gráfico 6: Produção do café em toneladas de 2004 a 2023 no território em estudo.



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

A coerência regional construída em torno do café criou as bases materiais, institucionais e ideológicas que permitiram a reacomodação do capital fruticultor. Contudo, como será demonstrado nas seções seguintes, essa nova coerência aprofunda contradições já existentes, revelando sobretudo a centralidade do trabalho camponês e os consequentes limites explicativos da formulação harveyana quando confrontada com a realidade concreta do campesinato no sul da Chapada Diamantina.

2.3 A produção de Frutas Vermelhas no sul da Chapada Diamantina

As frutas vermelhas, também conhecidas como "berries", abrangem diversas espécies amplamente valorizadas no mercado global. Entre as mais comuns, destacam-se o morango, a amora, a framboesa, o mirtilo e a cereja. O morango sobressai tanto no cultivo quanto no comércio e consumo em escala mundial. Essas frutas são típicas de regiões de clima frio e temperado, sendo originárias, principalmente, da Europa.

No sul da Chapada Diamantina, as frutas vermelhas ganharam relevância a partir de 2013. O morango, sobretudo, tem papel fundamental no setor de hortifruti da região, sendo a principal fruta produzida entre as *berries*. De acordo com Deleo et al. (2023), o cultivo de morangos apresenta um crescimento expressivo tanto no Brasil quanto em outros países. Segundo sua pesquisa, entre 2011 e 2021, a área global dedicada ao cultivo de morangos aumentou 20%, enquanto a produção total registrou um aumento significativo de 44%.

Ainda segundo Deleo et al., (2023), a maior parte da produção de morangos é destinada ao consumo in natura, ou seja, vendida diretamente para o mercado consumidor. Entretanto, uma parcela da produção, geralmente os frutos que não atendem aos padrões de qualidade exigidos pelo mercado de mesa, é direcionada para a indústria de alimentos. Nessa indústria, os morangos são utilizados como matéria-prima para a produção de polpas, iogurtes, geleias, sucos e outros produtos processados, ampliando assim as formas de consumo do fruto.

No município de Barra da Estiva, em dados obtidos através da presente pesquisa, no ano de 2024, pela Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI),

apontavam uma produção expressiva de morangos, com 6 milhões de plantas e uma estimativa de 1,5 kg por planta, resultando em 75 toneladas por hectare. Embora a receita bruta alcance R$63 milhões, com um acúmulo de R$525.000,00 por hectare, o valor de mercado por quilograma da fruta era de R$7,00, conforme os dados da pesquisa.

Em 2024, durante a pesquisa, realizamos um detalhamento da circulação da produção com base em entrevistas com produtores e atravessadores do município. Eles relataram que o processo de comercialização do morango envolve uma série de intermediários e custos adicionais que impactam significativamente o preço final ao consumidor. Inicialmente, o atravessador adquire a fruta do produtor por aproximadamente R$14,00 por quilograma. A esse valor, somam-se despesas como R$2,00 para embalagem, R$1,00 para transporte até a câmara fria, R$0,30 pelo armazenamento refrigerado por quilograma, R$1,00 de imposto e uma margem de lucro inicial média de R$2,50. Além disso, há um custo de R$4,00 por quilograma no frete do caminhão transportador que direciona os produtos até o segundo atravessador, que adiciona uma margem de lucro média de R$3,00, mais R$1,50 de custo operacional até chegar ao setor terciário, resultando em um total de R$30,30 em média por kg da fruta. A esse valor, ainda será agregado um percentual médio de 30% para a comercialização final, elevando o preço para aproximadamente R$39,39 para o consumidor.

É importante destacar que o preço do kg da fruta pode variar entre R$7,00 e R$22,00 pagos ao agricultor, dependendo da época. Essas variações ocorrem entre períodos de alta (quando há muita oferta para a demanda) e baixa (quando há muita demanda e pouca oferta). Deve-se ressaltar, no entanto, que o agricultor permanece refém dos preços estipulados pelo mercado, sendo o mais desfavorecido no circuito produtivo, uma vez que os custos de produção permanecem altos, sem redução no valor de insumos agrícolas, irrigação e manutenção do plantio. Nos períodos de cheia, o tempo de trabalho na produção aumenta, o que acarreta diversos desafios sociais, desde a dependência econômica gerada pelo monocultivo até a precarização das condições de trabalho e renda (Barbosa, 2022).

Além disso, os dados da pesquisa apontam que nem todos os produtores têm o conhecimento do valor final ou valor da circulação do produto, como apontado na seção anterior, o que acarreta para eles, uma grande desvantagem. com base na entrevista semi-estruturada, foi possível obter esta informação de um produtor que

também era um atravessador de frutas, ou seja, aquele que repassa a mercadoria possibilitando a circulação.

Observa-se também que as empresas agroindustriais do setor conseguem se beneficiar na produção de frutas vermelhas, uma vez que recebem incentivos políticos para que o custo de produção seja reduzido, pagando ao trabalhador o salário mínimo para realizar o trabalho no campo. Exemplos disso são as empresas Dois Irmãos, produtora de framboesa, PeterFrut, produtora de morangos e Igarashi, que iniciou a produção de mirtilo. A produção intensiva pode gerar pressões ambientais, como o uso elevado de insumos químicos e a superexploração do solo, o que exige uma análise mais profunda sobre a degradação da natureza e as condições de trabalho envolvidas na cadeia produtiva. Dessa forma, apesar de as empresas indicarem um cenário benéfico, há desafios sociais e “ambientais” que são encobertos por meio de discursos ideológicos.

A produção das frutas está diretamente relacionada à adoção de tecnologias intensivas para maximizar a produtividade e os lucros. O uso de estufas, sistemas de irrigação por gotejamento e aspersão, controle climático e fertilização automatizada são exemplos de tecnologias utilizadas que permitem aumentar a eficiência do cultivo, bem como, a utilização de plantio suspenso, que é uma inovação tecnológica na região e utilizado de forma estratégica pelos grandes produtores.

Na produção suspensa, os morangos são cultivados em bancadas elevadas ou em estruturas verticais, geralmente dentro de estufas. Essa técnica permite um controle das condições de cultivo, como transparência, ventilação e temperatura. Essas práticas possibilitam o controle de fatores ambientais, que influenciam diretamente o rendimento por planta, contudo, aumenta a quantidade de investimentos e a concorrência, levando, ou à seletividade (e consequente exclusão), ou ao endividamento principalmente dos produtores camponeses. Elas também aumentam a jornada de trabalho do camponês, que necessita estar presente a todo o tempo na lavoura, oferecendo dedicação exclusiva à produção.

Figura 7: Produção de morango suspenso, Ibicoara, 2024.



Fonte: pesquisa de campo 2025.

Figura 8: Cultivo de morango suspenso, produção camponesa, Barra da Estiva, 2025.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Figura 9: Instalação de morango tradicional e sistema de irrigação por gotejamento.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Figura 10: Produção de mirtilos na fazenda Igarashi, em Ibicoara-BA, sistema de irrigação por gotejamento e aspersão, 2025.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Figura 11: Produção de mirtilos em Ibicoara-BA, 2025.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Figura 12: Produção de framboesas em Ibicoara-BA, 2025.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Figura 13: Produção de Mucugê - BA, 2025.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

A adoção do cultivo suspenso de morangos e a produção intensiva de outras frutas vermelhas, como mirtilo, amora e framboesa, refletem a crescente tecnificação do campo, inserindo a agricultura camponesa em uma lógica de mercado altamente competitiva e excludente. As imagens evidenciam como essas tecnologias, embora promovam ganhos de produtividade, também atuam como mecanismos de estratificação produtiva, favorecendo os grandes produtores e marginalizando aqueles

que não conseguem arcar com os altos custos de implementação. O cultivo suspenso, por exemplo, ao exigir estufas, sistemas de irrigação automatizada e controle climático, impõe barreiras de entrada que comprometem a permanência dos camponeses na atividade, muitas vezes os empurrando para relações de dependência econômica ou para o endividamento.

As imagens evidenciam não apenas a modernização do cultivo, mas também as contradições que emergem desse processo. Se, por um lado, a inovação tecnológica permite aumentar a produção e expandir os mercados, por outro, ela impõe novas formas de desigualdade territorial, transformando o pequeno produtor em um agente cada vez mais vulnerável dentro da estrutura produtiva. Portanto, há uma conformação territorial marcada por assimetrias. Ao mesmo tempo em que a modernização agrícola funciona como um filtro de exclusão, consolidando um modelo produtivo seletivo e excludente, existente a partir das alianças de classe, um elo de conformidade nas relações produtivas.

Diante desse quadro, torna-se evidente que a incorporação das frutas vermelhas ao território do sul da Chapada Diamantina não pode ser compreendida como simples diversificação produtiva ou como expressão neutra de modernização agrícola. Trata-se de um movimento mais amplo de reorganização territorial, no qual a tecnificação do campo, longe de democratizar o acesso aos meios de produção, aprofunda desigualdades e redefine as formas de subordinação do trabalho e da pequena produção camponesa. A materialidade expressa nas imagens do cultivo suspenso, das estufas e dos sistemas automatizados revela que a modernização se realiza de maneira seletiva, estruturando um território funcional às exigências do capital, mas contraditório do ponto de vista da reprodução social camponesa. É justamente a partir dessas contradições entre produtividade e exclusão, entre inovação técnica e vulnerabilidade social, entre discurso de desenvolvimento e aprofundamento da dependência que se impõe a necessidade de avançar para uma análise teórica mais sistemática.

3. A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E OS LIMITES DA COERÊNCIA REGIONAL ESTRUTURADA

A acumulação do capital pressupõe processos produtivos de mercadorias que se universalizam como lógica geral, de tal modo que toda a produção e a sua forma se dão como extensão de si própria, ou seja, produzir mercadorias e produzir sob a forma mercantil. Decorre daí a mundialização que se estende às múltiplas dimensões da realidade social, inclusive à espacial. No entanto, a produção e a reprodução do capital são orientadas para uma acumulação expansiva de valores sempre crescentes e em ritmos cada vez mais intensos. À aceleração dos ciclos produtivos soma-se a aceleração das rotações do capital, resultando em crescimento da produção de mercadorias em níveis muitas vezes impossíveis de serem absorvidos na circulação.

Por tal contradição, e em decorrência dela, o desenvolvimento da produção capitalista se desdobra em crises de superacumulação que tendem a travar o sistema acumulativo, Harvey (2005). Nesse ínterim, o espaço se coloca como elemento essencial no processo metabólico do capital porque aparece como instância para onde se deslocam os excedentes de capital e de trabalho em processo crítico de valorização. O movimento das crises e a produção do espaço estão, nos termos de Harvey (2005), interligados de forma que, tanto o capital quanto o espaço, necessitam da crise para continuar se reproduzindo de forma ampliada. Essa condição, entretanto, não é neutra, ela se desdobra em fatores que determinam a forma como o espaço é produzido a partir de um padrão de desenvolvimento da acumulação voltado para a gestão permanente da crise.

Na tentativa de prorrogar os efeitos destrutivos da crise, o capital procura promover deslocamentos dos excedentes e organizá-los espacialmente. É nesse contexto que Harvey formula a ideia de coerência regional estruturada. O surgimento de uma certa coerência espacial é impulsionado pela expansão do capital com o objetivo de postergar ou, ao menos, mitigar as causas geradoras da crise. Ao explicitar esse movimento, aponta-se que a crise está enraizada na contradição entre trabalho e capital, destacando que o crescimento tecnológico, essencial para acelerar a produção e a circulação do capital, reduz o tempo de rotação.

Esse processo tende a gerar excedentes de “trabalho vivo”, fundamentais para a realização da produção, e excedentes de capital. Quando há excedentes

simultâneos de capital e de trabalho, a crise se consolida, pois o capital excedente entra em desvalorização ao não ser absorvido pelo trabalho, que também se desvaloriza na forma do desemprego e do subemprego. Desse modo, Harvey (2005) destaca que o fenômeno se manifesta por meio de inflação, desvalorização da moeda, inadimplência, acúmulo de mercadorias, queda de preços, instalações físicas subutilizadas ou ociosas, além da deterioração das condições de vida dos trabalhadores locais ou regionais.

O capital realoca tanto o excedente de capital quanto o excedente de trabalho, direcionando-os para novas atividades e novos territórios. Harvey (2005) explica que essas atividades estão diretamente relacionadas à alteração no ritmo e no tempo de deslocamento da produção, o que pode adiar a eclosão da crise. Há, portanto, uma racionalidade espaço-temporal que orienta o movimento do capital na busca de soluções espaciais para seus impasses. Nesse sentido, afirma o autor:

> O sistema de se expandir mediante a utilização do trabalho vivo na produção, enquanto a via principal da mudança tecnológica envolve substituir o trabalho vivo – o agente real da expansão – da produção. O crescimento e o progresso tecnológico, ambos aspectos necessários da circulação do capital, são antagônicos entre si. Periodicamente, o antagonismo subjacente irrompe como crise de acumulação plenamente amadurecida; ou seja, rupturas totais do processo de circulação do capital. (Harvey, 2005, p. 133).

A teoria harveyana, ao descrever esses processos, aponta a lógica que impulsiona a superação provisória da crise por meio de novos investimentos em infraestruturas espaciais, físicas e sociais, capazes de garantir o deslocamento espaço-temporal dos excedentes de capital e trabalho. Todavia, ao observar a realidade concreta do sul da Chapada Diamantina, percebe-se que essa formulação, embora útil para compreender as estratégias gerais do capital, apresenta limites significativos quando confrontada com formações sociais específicas, marcadas pela desigualdade no campo, pela superexploração da força de trabalho e pela presença ativa do Estado na construção de territorialidades subordinadas.

Harvey (2005), aponta que o “ajuste espacial” promove novos ordenamentos que implicam processos de reestruturação produtiva mais ou menos significativos e estáveis no território. A inserção de novas culturas, de novas dinâmicas políticas na mediação capital x trabalho, de outros sistemas técnicos, culminaria no prolongamento temporal dos efeitos negativos da superacumulação. Dessa forma, os

processos de superação das crises tenderiam a produzir novos ordenamentos espaço-temporais.

Entretanto, para compreender o modo como o capital busca restaurar sua capacidade de acumular, essa teoria parte de uma abstração que tende a a eternizar a produção contínua do espaço como estratégia viável . A forma como o capital organiza seus “ajustes” espaço-temporais em formações sociais concretas, como a da presente pesquisa, é mediada por uma história agrária específicas, por estruturas fundiárias desiguais, por relações de trabalho marcadas pela superexploração e por um Estado que atua de modo particular na produção do espaço em contínua e crítica transitoriedade. Essas dimensões, embora compatíveis com a lógica geral exposta por Harvey, refletem não qualquer equilíbrio, ainda que provisório, mas um contínuo funcionamento crítico do qual a extração da mais valia e da renda da terra camponesa são as determinações essenciais da produção espacial. Nos termos do próprio Harvey:

> A ideia básica de uma ordenação espaço-temporal é bem simples. A sobreacumulação num dado sistema territorial representa uma condição de excedentes de trabalho (desemprego em elevação) e excedentes de capital (registrados como um acúmulo de mercadorias no mercado que não pode ser dissolvido sem uma perda, como capacidade produtiva ociosa e/ou como excedentes de capital monetário a que faltam oportunidades de investimento produtivo e lucrativo). Esses excedentes podem ser potencialmente absorvidos pelos seguintes fatores: (a) o deslocamento temporal mediante investimentos em projetos de capital de longo prazo ou gastos sociais (como a educação e a pesquisa) que adiam a futura reentrada em circulação de valores de capital; (b) deslocamentos espaciais por meio da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos, sociais e de trabalho, em outros lugares; ou (c) alguma combinação de (a) e (b). (HARVEY, 2005, p. 93-94).

No contexto do território estudado, podemos identificar essas estratégias como formas de realocação do excedente de capital e de trabalho, exemplificadas pela territorialização da fruticultura no sul da Chapada Diamantina. Esse processo expressa à lógica geral descrita pelo autor, pois envolve, de um lado, a redução do desemprego e a absorção de excedente de força de trabalho, de outro, a realização de investimentos em um setor: “A Fruticultura”, que se apresenta como alternativa de valorização do Capital em busca de novas fronteiras produtivas.

Dessa forma, os investimentos em fruticultura e a consequente reorganização produtiva na região podem ser compreendidos como parte das estratégias adotadas pelo capital para concretizar “soluções espaciais” à superacumulação, configurando o que seria uma possível coerência regional estruturada no sul da Chapada Diamantina. No entanto, quando se observa mais profundamente a forma como tais processos se realizam na escala regional, evidencia-se que a coerência produzida é, ao mesmo tempo, contraditória e sustentada por intensas formas de subordinação do trabalho e da pequena produção camponesa.

A territorialização da fruticultura coloca a região como protagonista na produção de *commodities* voltadas para mercados nacionais e, em alguma medida, internacionais, frequentemente promovida por discursos ideológicos que enfatizam o “desenvolvimento” e a “modernização”. Contudo, esse processo, impulsionado pela expansão do capital no campo, por meio de empresas agroindustriais que se estabeleceram no sul da Chapada Diamantina a partir da década de 1980, como já apresentado em pesquisa anterior, efetiva-se por meio de intrincadas formas de expropriação que vão desde a vinculação do trabalho camponês e a apropriação de terras até o assalariamento sob condições precárias Barbosa (2022). Em resposta a crises cíclicas, o capital fomenta a construção da infraestrutura necessária, com o apoio do Estado, para acomodar capital e trabalho. Além disso, o Estado atua como mediador, promovendo a aceitação do novo produto e a consolidação de inovações técnicas e incentivos, sob a promessa de retorno financeiro e desenvolvimento regional, como relata o Secretário de Agricultura do Município de Barra da estiva, José Henrique Tinoco, em entrevista concedida para a presente pesquisa:

> Nós temos acesso ao serviço agrícola Municipal e nós disponibilizamos para os produtores rurais técnicos agrícolas para inspecionar e poder contribuir na produção rural deles no caso do morango, do mirtilo, da Amora preta. Além disso, nós temos parceria com o SENAR, com a Embrapa, com escolas técnicas de agricultura, tudo isso para o Governo estar mais próximo do camponês e poder contribuir com a sua produção. (Tinoco, 2025. Informação Verbal).

Nesse contexto, a formação de uma “coerência” espacial torna-se contraditória. Segundo Harvey (2005), a coerência regional estruturada refere-se à necessidade de articular um complexo econômico, social, político e cultural que sustente a produção dominante. No presente estudo, observa-se como a expansão da fruticultura no sul da

Chapada Diamantina se materializa não apenas pela inserção do capital fruticultor e pela articulação de investimentos públicos e privados, mas também pela “justificação” social e cultural promovida por campanhas que legitimam a produção de frutas na região e apontam uma suposta constituição de uma aliança de classes entre trabalho e capital.

Do ponto de vista produtivo, a expansão da fruticultura resulta na apropriação da renda da terra de pequenos produtores e do sobretrabalho, caracterizando a territorialização e uma monopolização crescente do território. Do ponto de vista reprodutivo, a legitimidade desse processo se concretiza por meio de uma campanha forte que promove, justifica e reafirma a produção das frutas, construindo um imaginário regional de progresso associado à fruticultura. Aqui, a noção de coerência regional estruturada parece, à primeira vista, adequada para apreender a articulação entre formas produtivas, infra estruturas e discursos, caso fosse possível considerá-la dentro de um quadro histórico específico e espacialmente estável e equilibrado.

O processo desdobra-se explorando instrumentos políticos, econômicos e socioculturais mobilizados para criar uma coesão em torno da territorialização da fruticultura. A análise à luz da perspectiva de Harvey (2005) sobre a coerência regional estruturada permite compreender as transformações nas estruturas econômicas, políticas, culturais e sociais da região. Entretanto, para que se apreenda a especificidade do sul da Chapada Diamantina, é igualmente necessário reconhecer que essa coerência é construída sobre desigualdades históricas e assimetrias de poder que extrapolam sua lógica interna, especialmente quando se observa a partir da questão agrária brasileira, e as formas particulares de intervenção estatal no campo. Ainda segundo o secretário municipal de agricultura, em entrevista concedida a presente pesquisa:

> Nós vimos a necessidade de trabalhar no campo, eu estive presente com o coordenador do SEBRAE e nós vimos a necessidade de criar a ATEG (assistência técnica gerenciada) onde eles trabalham dois anos com 30 produtores inicialmente fazendo do trabalho, não só visita de campo, mas gerenciamento da sua produção e da sua propriedade ou seja ele vai saber quanto gasta o que gasta quanto custa e o que no final de cada ciclo da cultura ele teve de rendimento, que geralmente um produtor não faz isso. (Tinoco, 2025. Informação Verbal).

Essa afirmação demonstra a necessidade que o Estado tem de se aproximar do camponês para assumir formas de controle nos seus saberes culturais, práticas agrícolas e, para além disso, interferir e sujeitar as suas formas de existência, assim como sujeitar o seu trabalho no campo e a própria renda da terra.

É essencial, portanto, trazer para o centro da discussão a gênese da coerência regional estruturada e como ela se concretiza, ainda que de maneira fragmentada, através de estratégias específicas para territorializar, monopolizar e subordinar o trabalho e a terra na Chapada Diamantina. Aqui se torna evidente que a coerência é, em grande medida, uma coerência do ponto de vista do capital, e não necessariamente do ponto de vista das classes trabalhadoras e dos camponeses.

A condição real e a determinação essencial que mobilizam processos produtivos no sul da Chapada Diamantina envolvem uma efetiva reestruturação do espaço com a territorialização de capital fixo, pela criação de infraestruturas pautadas em uma logística de redes de circulação, e pela concentração da produção de mercadorias, articulada a uma reorientação cultural-ideológica do território. Essa organização se fundamenta na busca de maximização de lucros por meio do trabalho e do controle do processo produtivo. Harvey (2004) aponta que:

> A coerência estruturada de modo geral vai bem além das puras trocas econômicas, por mais fundamentais que elas sejam, pois tipicamente abrange atitudes, valores culturais, crenças e mesmo afiliações religiosas e políticas entre os capitalistas e aqueles que são por eles empregados. (HARVEY, 2004, p. 89).

A tomada da coerência regional estruturada, ainda nos termos de Harvey, é uma tentativa de crítica à noção de organização regional; uma denúncia que se propõe a revelar que, por trás dela (da região) há, na verdade, um processo de territorialização (do capital). Além disso, a teoria afirma que as novas configurações espaciais, formadas a partir das contradições do capitalismo, podem tanto dissolver quanto concretizar uma nova coerência estruturada, funcionando como soluções temporárias para um certo “equilíbrio” econômico. Essas configurações dão origem a “economias regionais que alcançam certo grau de coerência estruturada em termos de produção, distribuição, troca e consumo” (Harvey, 2004, p. 88). Assim, Harvey concorda com Aydalot (1976) ao sugerir que as “organizações espaciais” podem estabelecer mecanismos de ação que sustentam a coerência regional.

Destaca-se também as formas pelas quais o capitalismo molda o território por meio da inserção de sistemas de produção e circulação de mercadorias, gerando espaços específicos para atender às demandas internas e externas. Esse processo resulta na articulação de fatores coesos que culminam na “estruturação regional”. No entanto, para garantir a manutenção de bens coletivos, é indispensável o suporte do Estado, que possibilita a operacionalização desses mecanismos. Quanto à definição central da teoria, Harvey conclui que:

> O resultado de tais processos tende para o que chamarei de coerência estruturada em relação à produção e ao consumo em um determinado espaço. Essa coerência estruturada, como observa Aydalot, abrange as formas e as tecnologias de produção (padrões de utilização de recursos pelas conexões interindústrias, formas de organização, tamanho das empresas), as tecnologias, as quantidades e qualidades de consumo (o padrão e estilo de vida tanto dos trabalhadores como da burguesia), os padrões de demanda e oferta de mão-de-obra (hierarquias das habilidades de mão-de-obra e processos sociais de reprodução, para assegurar a oferta dos mesmos) e as infra-estruturas físicas e sociais (sobre as quais falarei mais adiante) (AYDALOT, 1976). O território em que prevalece essa coerência estruturada se define, imprecisamente, como o espaço em que o capital pode circular sem os limites do lucro, com o tempo de rotação socialmente necessário sendo excedido pelo custo e tempo do movimento. Uma definição alternativa seria: o espaço em que prevalece um mercado de trabalho relativamente coerente (o espaço em que a força de trabalho pode ser substituída numa base diária – com a extensão da substituição definida pelo custo e tempo do movimento do trabalho diário – é um princípio de desagregação espacial muito importante sob o capitalismo. Depois de formalmente representada pelo Estado, a coerência territorial torna-se muito mais perceptível. As políticas que regulam o processo laboral, a organização laboral, os padrões de vida dos trabalhadores (políticas de bem-estar etc.), a regulamentação e remuneração adequada do capital etc. se aplicam em todo o território. A coerência se reforça informalmente, embora não menos poderosamente, por intermédio da constância ou criação das culturas e das consciências nacional, regional e local (inclusive, tradições de luta de classes), que dão significado psíquico mais profundo às perspectivas territoriais. (HARVEY, 2005, p. 146).

Essa coerência resulta da articulação entre capital e força de trabalho para viabilizar a produção, reduzir custos e maximizar lucros. Para isso, é necessário ajustar espacialmente condições que atendam às demandas do mercado, o que envolve a criação de mecanismos que facilitem o acesso à mão de obra e promovam uma rede de relações entre produção, consumo, infraestrutura e hierarquias de trabalho.

No caso de Mucugê, Barra da Estiva e Ibicoara, as tentativas de formação dessa coerência passa pela construção de uma suposta “vocação” regional para a inserção da fruticultura, pela especialização produtiva, pela adequação dos dispositivos infraestruturais e pela conformação de um mercado de trabalho apto a responder às exigências do capital. De fato, todas essas características são encontradas no território analisado, visto que há um fomento para que sejam estruturadas tanto em aspectos econômicos, culturais-ideológicos e políticos, dentre eles, uma rede de incentivos do Estado que fornece a especialização produtiva por meio de cursos técnicos de agricultura. Segundo o secretário municipal de agricultura, este curso,

> É fomentado pelo estado com apoio do Sebrae, tendo duração de 4h diárias no período noturno, para facilitar a participação da população camponesa que trabalha durante o dia e tem a duração de 2 anos na grade curricular, esse curso técnico agrícola, é completamente fornecido pelo Estado e acontece no Colégio Estadual de Tempo Integral Ana Lúcia Aguiar Viana. Além disso, quem leciona no curso é um engenheiro agrônomo do Município de Barra da Estiva, nos disponibilizamos para ocupar esse cargo. (Tinoco, 2025, informação verbal).

O depoimento do secretário de agricultura reforça uma dimensão central do processo de territorialização do capital fruticultor no sul da Chapada Diamantina: a participação ativa do Estado na construção de uma especialização produtiva voltada para atender às necessidades do mercado. O curso técnico agrícola fornecido pelo Colégio Estadual de Tempo Integral Ana Lúcia Aguiar Viana, ofertado gratuitamente, com carga horária adaptada ao cotidiano do trabalhador camponês e ministrado por um engenheiro agrônomo do próprio município não é apenas uma política educacional, mas um mecanismo de tecnificação e tentativa de *conformação* do território às exigências da acumulação capitalista.

Esse movimento expressa aquilo que Souza (2009) denomina de “modernização subordinada”, uma modernização que não emancipa, mas ajusta o trabalhador rural às demandas técnicas e organizacionais do capital, convertendo a formação profissional em vetor de disciplinamento produtivo. Em vez de fortalecer práticas agrícolas diversas ou a autonomia camponesa, a especialização ofertada reforça o modelo técnico dependente do pacote químico-industrial, consolidando uma força de trabalho capacitada para operar os instrumentos da fruticultura, mas não para

questionar ou transformar as condições estruturais de favorecimento da classe trabalhadora.

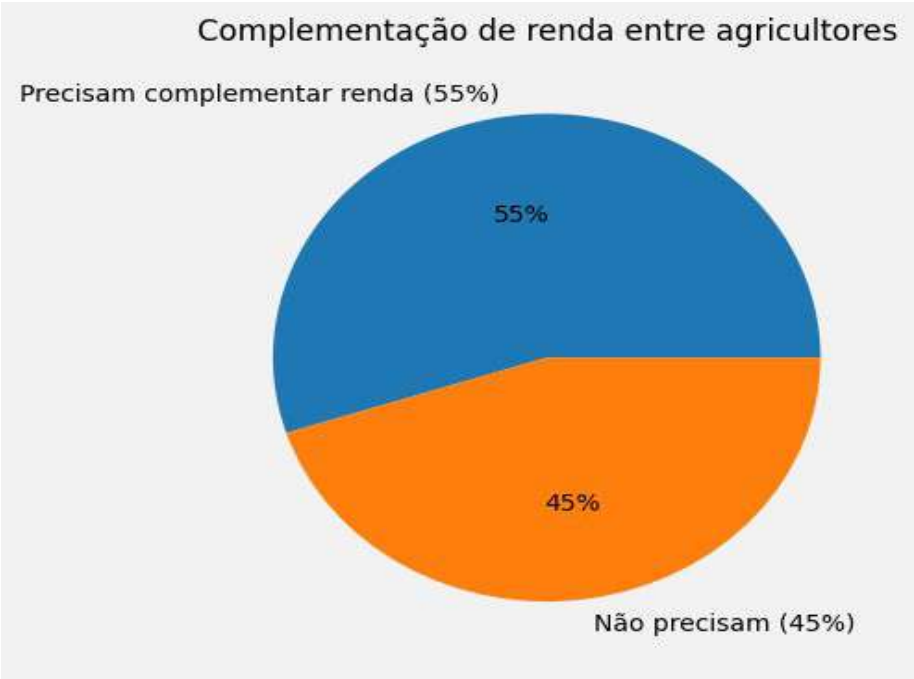
O Estado, ao promover cursos que ensinam o manejo de insumos industriais, a coordenação técnica da produção e as práticas exigidas pelo agronegócio, contribui para intensificar a dependência do camponês em relação aos meios de produção controlados pelo capital. A terra permanece de propriedade camponesa, mas a racionalidade de seu uso passa a ser cada vez mais determinada externamente. A formação técnica, nesse sentido, não liberta, ao contrário, integra o camponês de maneira mais profunda à lógica da produção capitalista, tornando-o operador de um sistema que se apropria de seu trabalho e de sua terra.

Esse processo ratifica o que Oliveira (2000; 2016) afirma sobre a ação estatal na produção do território; do Estado não atuando como regulador neutro, mas como mediador das necessidades do capital, organizando a base técnica, institucional e ideológica da territorialização. O território, como síntese contraditória, revela aqui o entrelaçamento entre formação técnica, assistência produtiva e subordinação camponesa. A oferta do curso “para facilitar a participação da população camponesa que trabalha durante o dia” parece, à primeira vista, uma política inclusiva. No entanto, ao analisar dialeticamente, percebe-se que ela opera como estratégia para ajustar o tempo de vida do camponês às necessidades de especialização do capital.

Assim, quando Harvey descreve a coerência regional estruturada como uma articulação entre capital, Estado e força de trabalho voltada à estabilidade produtiva, ele não apreende plenamente que, em territórios historicamente desiguais como o sul da Chapada Diamantina, a dinâmica territorial do capital é atravessada de maneira central pela luta de classes e pelas contradições do trabalho. A fragilidade de sua interpretação reside justamente em não centralizar suficientemente as formas concretas de exploração, subordinação e resistência que marcam a reprodução social do campesinato. Nesse contexto, a aparente “coerência” territorial não expressa estabilidade efetiva, mas uma reorganização profundamente contraditória das relações entre capital e trabalho, sustentada pela intensificação da dependência produtiva, pela sujeição da renda da terra e pela precarização das condições de reprodução camponesa. Ela é sustentada pela instabilidade laboral, pela sazonalidade do emprego e pela crescente perda de autonomia dos pequenos produtores que só agrava e intensifica a extração do sobretrabalho: a substância essencial da própria *coerência*. Um exemplo concreto dessa fragilidade está no fato de

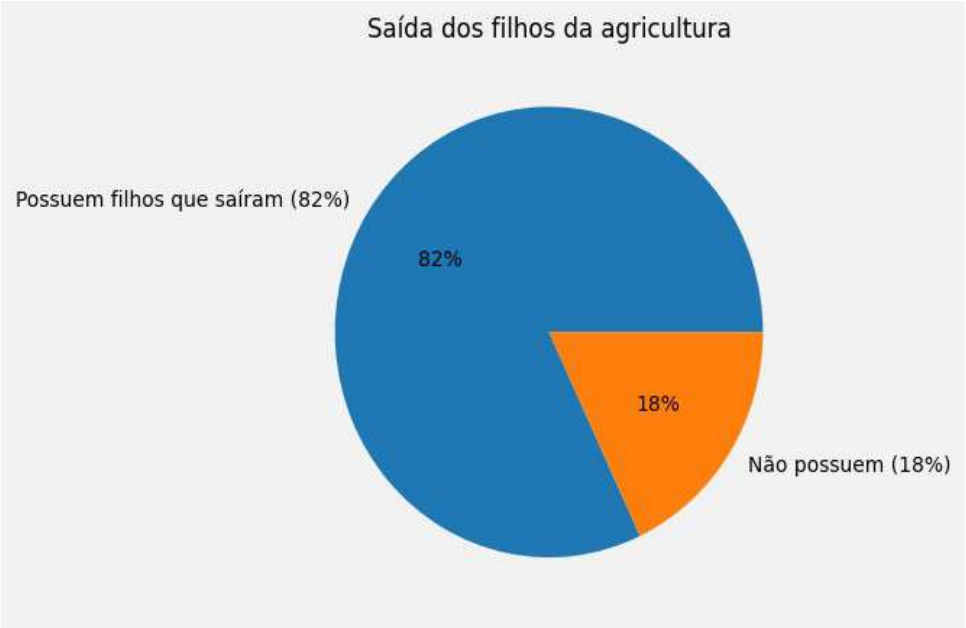
que 55% dos agricultores precisam complementar sua renda e 82% possuem filhos que deixaram a agricultura, entre esses jovens, 66% não contribuem para o sustento familiar, revelando a ruptura da reprodução social camponesa.

Gráfico 7 - Complementação de renda entre os agricultores



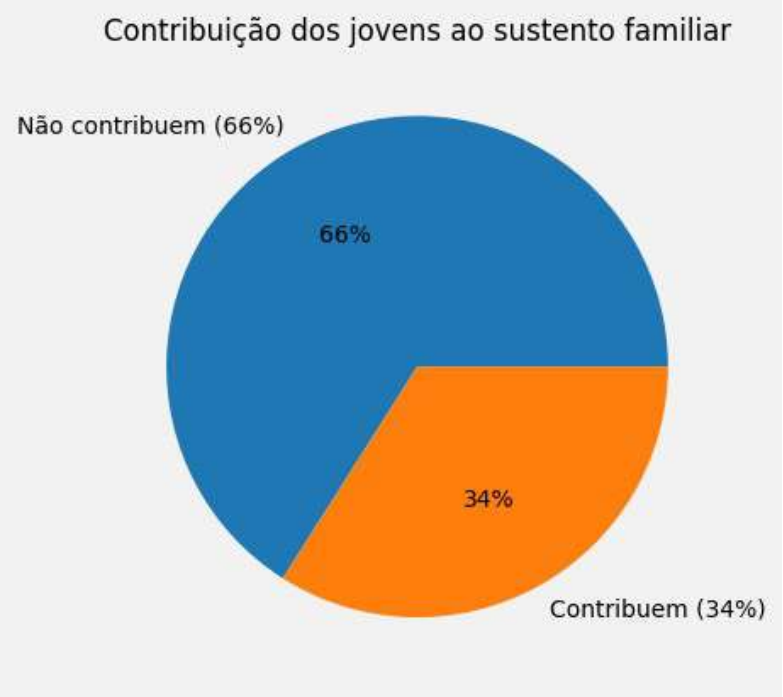
Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Gráfico 8 - Saída dos filhos da produção rural



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Gráfico 9 - Contribuição dos jovens ao sustento familiar



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Diante desse cenário, a coerência regional estruturada, conforme proposta, revela-se, no sul da Chapada Diamantina, como uma articulação que atende

sobretudo às exigências do capital, embora se sustente sobre bases sociais frágeis e contraditórias. A aparente integração entre Estado, capital e força de trabalho não se traduz em estabilidade para os sujeitos do território. Pelo contrário, os dados indicam um processo de desgaste das condições de reprodução da vida camponesa, evidenciado pela necessidade de complementação de renda por parte dos agricultores, pela saída das novas gerações da atividade agrícola e pela baixa participação desses jovens no sustento familiar. Mais do que dificuldades econômicas pontuais, esses elementos apontam para uma ruptura na continuidade geracional e na reprodução social do campesinato. Nesse sentido, a leitura dialoga com Martins (2010), ao evidenciar que a posse da terra não garante autonomia efetiva, uma vez que os agricultores permanecem subordinados às dinâmicas do capital. Ao mesmo tempo, é possível pontuar, à luz da noção de hegemonia formulada por Gramsci (1982), que essa configuração se sustenta também no plano ideológico, na medida em que a modernização é incorporada como horizonte desejável, mesmo quando aprofunda a dependência e a precarização. Assim, a territorialização da fruticultura não apenas reorganiza a produção, mas também redefine expectativas, modos de vida e projetos das famílias camponesas, configurando uma coerência que, embora funcional à acumulação, se apoia na intensificação das contradições e no enfraquecimento das bases sociais do território.

3.1 As estratégias da territorialização do capital fruticultor no campo

A territorialização do capital fruticultor sob a forma de capital no campo é concebida sob a égide da reprodução ampliada do capital onde, segundo Rosa Luxemburg (1970, p. 83), parcela do lucro é destinada ao “aumento de parte constante do capital”, o que se verifica quando se observa a conversão das relações de produção em relações capitalistas de produção, ao mesmo tempo em que converte os meios de produção e o trabalho à sua lógica de subsunção. Nesse sentido, está inerente o fato de que o capital se apropria do território na intenção de produzir riquezas dentro de uma ótica auto expansiva. Para tanto, induz, condiciona, apropria e insere de forma cada vez mais intensificada a exploração do trabalho, especialmente no campo. A territorialização das frutas vermelhas, desse modo, não constitui apenas um fenômeno agrário, mas um projeto mais amplo de reorganização da vida, do espaço e das

relações sociais, impondo ao território rural condições que atendam prioritariamente às exigências da acumulação.

Nesse mesmo movimento, a formação técnica oferecida pelo Estado deixa de ser apenas uma política educacional e passa a operar como engrenagem estratégica dessa reconfiguração territorial. Em vez de representar um instrumento de fortalecimento das comunidades rurais, a especialização produtiva se integra ao esforço de adaptação do território às necessidades do capital fruticultor. Ao introduzir padrões técnicos, procedimentos de manejo, normas de qualidade e racionalidades econômicas específicas da agroindustrialização, o Estado participa diretamente da construção de um território funcional ao dinamismo da fruticultura.

Assim, a formação técnica oferecida pelo Estado não pode ser compreendida isoladamente, mas como parte do desdobramento da territorialização do capital fruticultor. A especialização produtiva, ao mesmo tempo em que fornece conhecimento técnico, internaliza no trabalhador os valores, práticas e exigências da produção agroindustrial. A escola deixa de ser um espaço de emancipação para se tornar mais um instrumento de reprodução ampliada do capital, consolidando a dependência tecnológica, reforçando o ideal de modernização e deslocando o sentido da educação do campo para uma formação funcional para o agronegócio, conforme problematiza Mészáros (2008).

O curso técnico, portanto, não é apenas uma resposta à demanda produtiva, mas componente essencial da coerência territorial do capital na Chapada Diamantina, pois produz a força de trabalho especializada que a fruticultura exige. Trata-se de uma política pública que, ao invés de fortalecer a autonomia camponesa, contribui para aprofundar a sujeição da terra, reforçando o caráter subordinado do território e ampliando as condições para a valorização capitalista, em consonância com as análises de Oliveira (2007).

Ao observar a organização territorial que se estrutura em torno da fruticultura, percebe-se que as ações voltadas à formação técnica, à infraestrutura logística e ao ajuste da produção não encerram o processo analisado por Harvey, mas apenas o introduzem. Esses elementos configuram um dos movimentos da coerência regional estruturada, aquele que busca adequar o território às exigências da circulação do capital. No entanto, conforme o próprio Harvey desenvolve, a consolidação dessa coerência exige etapas posteriores, como a formação de alianças regionais de classe, a produção de bens coletivos necessários ao funcionamento do sistema e a criação de

dispositivos estatais que garantam a estabilidade mínima para a reprodução do capital no espaço. Ao deslocar o olhar para o sul da Chapada Diamantina, torna-se evidente que a territorialização da fruticultura não se sustenta apenas na técnica ou na infraestrutura, mas na articulação de uma trama social, política e econômica que reorganiza o território segundo os interesses da acumulação. É justamente a partir dessa constatação que se pode avançar para os demais pontos da teoria de Harvey, analisando como essas alianças, esses bens coletivos e essas formas de intervenção estatal se instituem, ou deixam de se instituir, em um contexto marcado por desigualdades estruturais, sazonalidade do trabalho e precarização da vida camponesa, no território em questão.

Torna-se essencial, portanto, a partir da análise teórica formar “alianças de classe regionais”, que se referem à interação entre o que Harvey (2005) aponta como, interação entre diferentes classes sociais e o Estado. Essas alianças têm como objetivo constituir uma coerência que promova um ambiente ajustado a fim de atrair investimentos necessários para viabilizar a produção, arrebatar mão de obra e facilitar os processos de circulação da mercadoria. Desse modo:

> A necessidade de produzir e manter bens coletivos exige a instauração de algum sistema de governo, de preferência formalizado em sistemas de administração no interior da região. Pode-se formar alianças entre classes dominantes e a classe hegemônica no âmbito da região, conferindo à atividade política, assim como à econômica, um caráter peculiar. Essas classes podem ter de preocupar-se com bens públicos, podendo por conseguinte ver-se forçadas a envolver-se no fornecimento público. (HARVEY, 2004, p. 89).

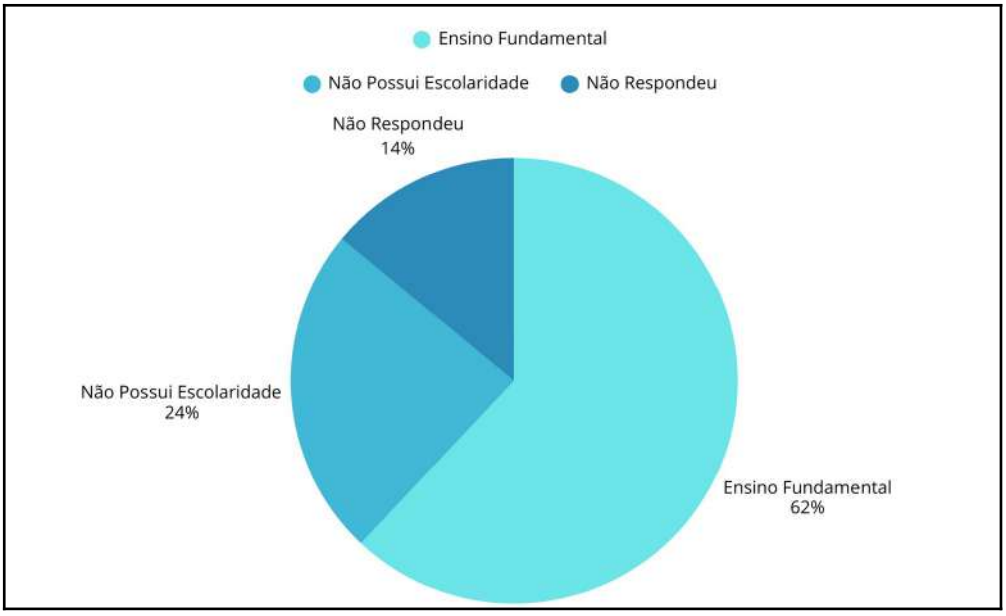
Nessa perspectiva, ao se aliarem, essas classes dominantes e hegemônicas (contra a classe trabalhadora) criam um ambiente atrativo para investimentos por supor um certo tipo de concordância geral, promovendo uma peculiaridade produtiva orientada para a especificidade da produção. Isso inclui incentivos fiscais, especialização da mão de obra e desenvolvimento de projetos de infraestrutura também específicos. Observa-se, a partir desta, análise o ajustamento do espaço pelo capital em escalas regionais, formando economias e alianças que se integram com o objetivo de facilitar a acumulação, que ocorre sempre de forma desigual e contraditória. Isso envolve a constante reestruturação das relações espaço-temporais, fomentando a produção do espaço no território.

Entretanto, a análise concreta do território revela que essa suposta “aliança de classes” não se estrutura como uma articulação equilibrada ou cooperativa, mas como um arranjo profundamente desigual, em que apenas determinados segmentos sociais têm poder real de decisão e capacidade de se beneficiar da reconfiguração territorial em curso. A coerência regional, que no plano teórico poderia pressupor algum nível de integração entre Capital, Estado e trabalhadores, na prática, assume a forma de uma hierarquia rígida, na qual a classe trabalhadora, especialmente os camponeses e assalariados sazonais, se mantém em posição subordinada.

No território estudado, a territorialização da fruticultura evidencia que as chamadas alianças são, na verdade, mecanismos de legitimação das estratégias do capital. Como observa Souza (2009, p. 9), a modernização agrícola brasileira opera por meio de uma retórica de participação e parceria, mas se realiza como um processo de subordinação profunda, no qual os camponeses são convocados a aderir às transformações produtivas sem que lhes sejam garantidas condições justas de reprodução. Assim, a promessa de cooperação entre classes mascara a imposição de um modelo técnico e econômico que favorece sobretudo empresas agroindustriais, comerciantes e setores políticos alinhados ao agronegócio.

Na prática, o campesinato não participa das decisões estratégicas sobre o território, não define o ritmo da produção, não determina preços e não controla as cadeias de comercialização. Sua participação na “aliança” resume-se a adequar sua força de trabalho às demandas externas. Os dados desta pesquisa revelam a subordinação camponesa quando demonstram que 24% não possui grau de escolaridade e 62% possui apenas o ensino básico.

Gráfico 10 - Grau de escolaridade dos agricultores



Fonte:Pesquisa de campo, 2025.

O Estado, ao fornecer cursos técnicos de agricultura, assistência produtiva e infraestrutura para escoamento de elementos que fortalecem a coerência territorial contribui para reforçar essa relação assimétrica. Ainda que tais políticas sejam apresentadas como forma de inclusão e desenvolvimento, elas operam, na realidade, como instrumentos de consolidação da hegemonia do capital no território.

Assim, a insuficiência fundamental analisada sobre as “aliança de classes” reside na própria natureza da relação entre capital e trabalho. Como enfatiza Souza (2009, p. 27), não há possibilidade de conciliação estrutural entre interesses antagônicos, o discurso colaborativo funciona como estratégia ideológica para captar o consentimento dos trabalhadores e garantir a continuidade da acumulação capitalista. No sul da Chapada Diamantina, essa lógica se materializa em um arranjo no qual o capital se territorializa, mas o campesinato não se emancipa, ao contrário, vê sua autonomia diminuída e sua reprodução social cada vez mais ameaçada. A luta de classes se torna evidente.

Por isso, embora a teoria de Harvey descreva a formação de alianças de classe como parte do processo de construção da coerência regional, a realidade concreta do território analisado demonstra que tais alianças revelam hierarquias e dominação de classes, funcionalmente orientadas aos interesses do capital fruticultor. O que se

configura, de fato, não é uma aliança, mas uma incorporação subordinada da classe trabalhadora ao projeto agroindustrial. E é justamente nessa contradição entre discurso de cooperação e prática de exploração que se revela na suposta coerência para explicar a totalidade das relações sociais e territoriais presentes no sul da Chapada Diamantina.

Nesse movimento, aquilo que Harvey denomina “alianças de classe regionais” não se limita à cooperação econômica entre capital, Estado e trabalho, elas também operam como força organizadora da vida social e cultural no território. A medida que o capital fruticultor avança sobre Mucugê, Barra da Estiva e Ibicoara, consolidam-se práticas, discursos e dispositivos institucionais que buscam produzir um sentido de *identidade regional* atrelado à fruticultura, construindo a ideia de que a região possui uma “vocação natural” para esse tipo de produção. Essa mobilização, sustentada pela inserção das frutas vermelhas na cultura, como títulos de corridas atléticas que tem como percurso as propriedades camponesas, como exemplo a “Corrida do Morango”, que ocorre anualmente no município de Barra da Estiva, demonstram claramente a tentativa forçada do Capital na inserção de uma nova “cultura” no território.

Figura 14: 2º corrida do morango do município de Barra da Estiva - BA



Fonte: Racces, 2024.

A chamada “corrida do morango” em Barra da Estiva deve ser compreendida como um desdobramento da territorialização do capital fruticultor, que não atua apenas sobre a estrutura produtiva, mas também sobre as formas de percepção, desejo e reconhecimento social no território. À medida que empresas e agentes públicos difundem o morango como símbolo de oportunidade econômica e de inserção em cadeias produtivas mais rentáveis, constrói-se uma orientação cultural que passa a naturalizar essa atividade como horizonte coletivo, mesmo entre agricultores que não dispõem de condições materiais plenas para sustentá-la. Esse movimento revela

que a territorialização do capital opera também no plano ideológico: festivais, cursos técnicos, campanhas institucionais, discursos políticos e narrativas locais convergem para consolidar a ideia de que produzir morango é participar de um projeto de futuro, modernidade e pertencimento regional. A adesão crescente ao cultivo deixa de ser apenas uma escolha econômica e passa a integrar um conjunto de expectativas sociais, onde o sucesso produtivo é associado ao alinhamento com esse novo padrão territorial. Assim, a corrida do morango não expressa apenas a expansão física do capital, mas sua capacidade de produzir e moldar identidades, além de orientar comportamentos coletivos, convertendo a fruticultura em signo de desenvolvimento e progresso, mesmo quando o processo reproduz a dependência tecnológica, o endividamento e a subordinação camponesa às dinâmicas do mercado.

A partir desse quadro, torna-se evidente que a difusão do morango como ideal produtivo não se sustenta apenas na ação discursiva de empresas e agentes locais, mas na atuação estrutural do Estado na produção das condições materiais e simbólicas que viabilizam essa nova hegemonia territorial. As campanhas governamentais de modernização, a exemplo da requalificação da BA-142, não operam como simples melhorias infraestruturais, mas como parte orgânica do processo de territorialização do capital, ao reduzir custos de circulação, integrar áreas produtoras e reforçar a centralidade da fruticultura na economia regional. A pavimentação, a reorganização da paisagem rural e a presença articulada de órgãos públicos e privados, desde assistência técnica até programas de indução produtiva, atuam para consolidar uma coerência territorial em que o espaço, as práticas e as expectativas sociais passam a ser moldados pelas necessidades da acumulação.

Figura 15: Inauguração da Reforma da BA 142, que liga os municípios Mucugê, Ibicoara e Barra da Estiva, 2025.



Fonte: Jornal da Chapada, 2025.

A Matéria do Jornal da Chapada demonstra que o Estado se alia ao Capital para traçar estratégias para submeter o camponês, com o mínimo de fomento, além disso a matéria demonstra claramente os interesses do Capital na atuação do Estado.

Segundo a reportagem:

> No âmbito do desenvolvimento rural, o governador realizou a entrega de títulos de terra por meio do Projeto Minha Terra Legal, garantindo maior segurança jurídica aos agricultores da região. Durante a agenda, também foram disponibilizados tanques de leite para estimular a produção local, inaugurada uma Unidade de Beneficiamento de Frutas e firmado um convênio para a recuperação de estufas agrícolas destinadas ao cultivo de morangos, ações que fortalecem a agricultura familiar e contribuem para a geração de renda no município. (Jornal da chapada, 2024).

A implementação do programa *Minha Terra Legal* nos municípios de Ibicoara, Barra da Estiva e Mucugê revela um movimento estatal que atua simultaneamente na regularização fundiária e na integração territorial, conformando bases materiais para a reprodução do capital fruticultor. Embora o discurso oficial apresenta a política como garantia de “segurança jurídica” aos agricultores, sua materialidade evidencia um processo mais profundo, a incorporação seletiva da agricultura familiar à lógica da acumulação por meio da formalização da terra como ativo econômico. Em Ibicoara,

por exemplo, a própria Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR (2025), reporta o georreferenciamento de 100 propriedades rurais na comunidade de Cantagalo, etapa considerada “indispensável” para a titulação posterior. A regularização, nesse sentido, não apenas legaliza a posse histórica, mas a reorganiza de forma técnica, transformando o território em algo que pode ser medido, comercializado e acessado pelo crédito rural. Esse processo encontra seu complemento no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), cuja adesão cresceu nacionalmente 60% entre janeiro e outubro de 2024, registrando 1,1 milhão de Unidade Familiar de Produção Agrária UFPAs cadastradas (MDA, 2024). Em Mucugê, o CAF se tornou serviço institucional rotineiro da Câmara Municipal, indicação de que a formalização cadastral passou a operar como pré-condição para acessar Pronaf, ATER e programas de incentivo produtivo. Longe de significar apenas reconhecimento, o CAF institui uma nova forma de sujeição, fazendo com que o agricultor passe a existir burocraticamente como “agricultor familiar”, categoria que habilita e, ao mesmo tempo, condiciona o acesso às políticas públicas, um mecanismo que, sob a ótica dialética, cria uma relação de dependência e enquadramento que limita a autonomia camponesa. No município de Barra da Estiva foi relatado pelo secretário de agricultura durante a entrevista que no ano de 2025 “o governo buscou reativar mais de três mil e quinhentas CAFs irregulares” e o objetivo seria “enquadrar os agricultores para que eles possam estar incluídos nas políticas de acesso a incentivos do campo”, Tinoco (2025).

Esse arcabouço institucional é reforçado pela política de infraestrutura rodoviária que integra os três municípios. A pavimentação da BA-142, ligando o entroncamento da BR-242 a Andaraí, Mucugê, Barra da Estiva e Sussuarana, e a retomada da obra da Estrada do Buracão, em Ibicoara, fazem parte do pacote de 610 km de estradas recuperadas na Chapada Diamantina, segundo dados oficiais do governo da Bahia (2024). Embora apresentadas como obras para “segurança viária”, “fomento ao turismo” e “benefício à produção local”, essas intervenções na verdade conectam fisicamente o território aos fluxos regionais e nacionais de circulação, reduzindo custos logísticos e ampliando a competitividade da produção de frutas vermelhas. Trata-se, portanto, de um movimento de regionalização não espontâneo, mas produzido no qual o Estado cria as condições espaciais para a circulação do capital.

A conjugação entre regularização fundiária, cadastro produtivo e integração viária revela, assim, uma estratégia estruturada de reorganização territorial. As

famílias agricultoras da região, conforme os dados de campo, são majoritariamente proprietárias de pequenas parcelas, 100% dos entrevistados possuem terra, com média de 4,2 hectares, condição que poderia indicar relativa autonomia. Contudo, seu enraizamento territorial contrasta com a crescente inserção subordinada nos fluxos produtivos e logísticos da fruticultura, que passam a exigir titulação formal, cadastramento regular, adequação técnica e acesso a estradas pavimentadas para atender à demanda da lógica capitalista.

A política de regularização de terras, portanto, opera em dois planos. No plano jurídico, transforma a posse em título e no plano econômico, converte a terra em mercadoria, garantindo por meio dela inclusive dinâmica do crédito e dos programas estatais. No plano territorial, articula-se à produção de infraestrutura e à integração regional. Assim, o que se denomina “acesso a direitos” é, na prática, a institucionalização de uma via de entrada da pequena produção nos circuitos de acumulação. A territorialização do capital fruticultor, que se intensifica desde a década de 2010, não se realiza sem essa dimensão estatal, que, legitima, estrutura e acelera a reorganização espacial que transforma Ibicoara, Barra da Estiva e Mucugê em um território especializado, tecnificado e ajustado às exigências da circulação de mercadorias.

É nesse contexto que ganha centralidade a formulação de Harvey sobre a emergência de uma “regionalidade” moldada pelos processos moleculares da acumulação, uma vez que tais alianças e práticas articuladas pavimentam o terreno para a configuração de coerências espaciais específicas, conformando um território que o capital pode acionar como base para reprodução ampliada.

> O aspecto fundamental a considerar é contudo que uma lógica territorial do poder – uma ‘regionalidade’ –, informal, porosa, mas mesmo assim identificável, advém necessária e inevitavelmente dos processos moleculares de acumulação do capital no tempo e no espaço, e que a competição e a especialização inter-regionais nessas e entre essas economias regionais se tornam por conseguinte um aspecto fundamental do funcionamento do capitalismo. (HARVEY, 2004, p. 89).

Pode-se entender, com base nessa formulação, que um dos aspectos essenciais para a consolidação das dinâmicas de coerência estruturada são os processos moleculares que definem a “regionalidade” do território, mesmo que de maneira pouco formal ou mal estabelecida. Esses processos, segundo Harvey, estão

relacionados às dinâmicas de produção e reprodução do espaço, ancoradas em relações sociais, econômicas e políticas que estruturam determinados padrões de coerência regional.

A coerência estruturada pressupõe que o desenvolvimento territorial não ocorre de maneira homogênea, mas por meio de um conjunto de práticas e fluxos que organizam e reorganizam continuamente o espaço. Os processos moleculares, que operam em escalas micro e macro, envolvem desde a apropriação do solo e a formação de mercados locais até a inserção das regiões em circuitos mais amplos de acumulação de capital. Assim, a regionalidade é produzida por interações que, ainda que possam parecer fragmentadas ou desorganizadas em determinados contextos, resultam em uma estrutura espacial com certa estabilidade funcional no interior do modo de produção dominante.

No entanto, essa perspectiva, ao insistir na tendência à estabilização funcional, corre o risco de subestimar a intensidade das contradições que atravessam determinadas formações sociais. No sul da Chapada Diamantina, a regionalidade construída em torno da fruticultura é sustentada por conflitos por terra, com precarização do trabalho agrícola, com desigualdades de renda e com vulnerabilidades socioambientais. Em outras palavras, a “coerência” é, em grande medida, uma coerência do ponto de vista do capital e de suas alianças regionais, mas não do ponto de vista da reprodução social da classe trabalhadora e das lutas de classe.

Importante ainda anotar que a formação da coerência regional estruturada, sem a qual o processo de territorialização da fruticultura não seria possível, é resultado dos processos de acomodação do capital no espaço forçados pela crise estrutural. Segundo Menezes (2010):

> Da mesma forma totalizadora, incontrolável e expansionista em que o sistema do capital se reproduz, é sob estas mesmas suposições que sua crise estrutural também se realiza, e as respostas dadas a ela não são menos devastadoras. Isso ocorre pela própria tendência do sistema em estabelecer, a partir do acentuado grau da concorrência mundial, a busca ilimitada da remoção do lucro e da manutenção do processo acumulativo que está em crise. Neste sentido, a inserção das novas tecnologias não tem a intenção de aumentar a produtividade do trabalho e a redução da mais-valia, mas ao mesmo tempo gera desemprego estrutural, crises e manipulação do trabalho humano e da Natureza. (MENEZES, 2010, p. 20).

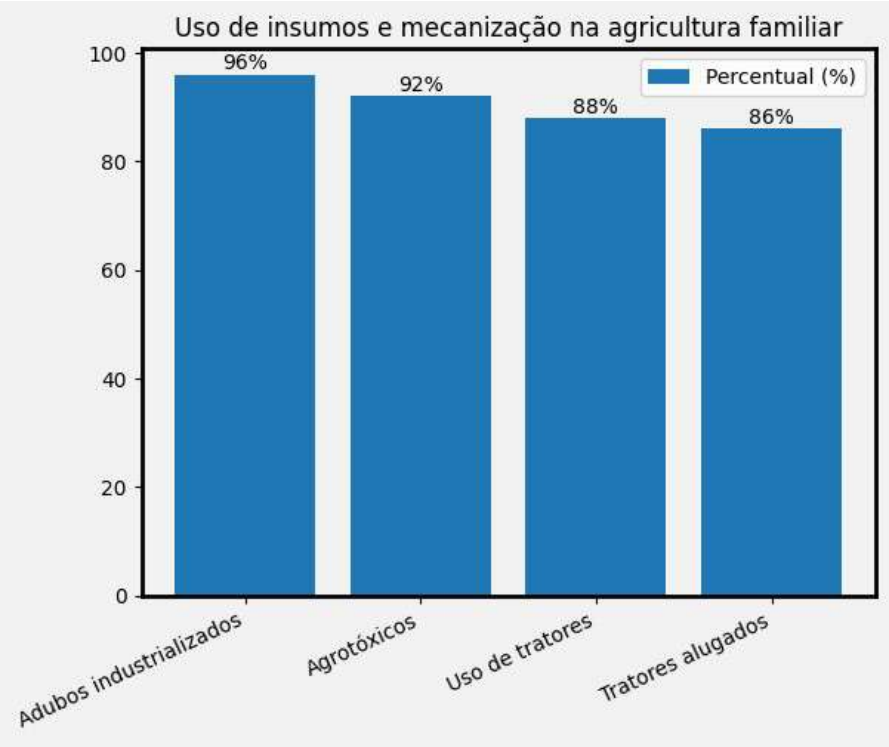
A leitura de Menezes contribui para tensionar a formulação de Harvey, ao enfatizar a crise estrutural do capital e seus efeitos destrutivos sobre o trabalho humano. A crise não é apenas um momento de instabilidade, mas um mecanismo que impulsiona, de forma violenta, a própria expansão do capital. Diante das limitações impostas pelo esgotamento de um modelo produtivo, o capital busca novas estratégias para continuar se reproduzindo, deslocando-se para outros setores e territórios, reconfigurando as relações de produção e apropriação do espaço.

No sul da Chapada Diamantina, a baixa do café, principal produto produzido e protagonista pela movimentação da economia local até meados de 2012, na região, intensificou esse movimento, forçando a diversificação da base produtiva regional como forma de manter a acumulação. Nesse contexto, a fruticultura emerge como uma resposta do capital à crise, sendo promovida por meio de investimentos em novas tecnologias, ampliação da infraestrutura e adaptação às exigências do mercado. Esse processo evidencia como a coerência regional estruturada, conforme discutida por Harvey, se reorganiza para atender às dinâmicas do capital. A partir da necessidade de superar a crise, a reconfiguração territorial se dá pela introdução de novas cadeias produtivas que garantam a continuidade da acumulação.

A teoria do autor tende a homogeneizar o movimento do capital, mas, no sul da Chapada Diamantina, a territorialização da fruticultura não resulta em coerência harmoniosa, ao contrário, produz uma coerência conflitual, fundada na subordinação da pequena produção camponesa às empresas agroindustriais e ao capital financeiro. Como demonstra Conceição (2012; 2014), a expansão do agronegócio no Brasil não reorganiza apenas o espaço, mas destrói sistematicamente as condições de reprodução social do campesinato, impondo um modelo baseado em endividamento, dependência tecnológica, precarização do trabalho e reconfiguração ideológica da vida rural.

Os dados desta pesquisa evidenciam essa dinâmica: 96% dos agricultores utilizam adubos industrializados, 92% utilizam agrotóxicos e 88% dependem do uso de tratores, dos quais 86% são alugados. Esses números revelam que a territorialização não se dá apenas pela apropriação da terra ou pela introdução de novas culturas, mas pela captura do processo produtivo através do pacote tecnológico, como demonstrado nos gráficos a seguir:

Gráfico 11- Uso de Insumos e mecanização na agricultura camponesa



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

A compreensão dialética do território, conforme Oliveira (2000), permite identificar essas contradições não como falhas do sistema, mas como expressões da própria lógica de reprodução do capital. No sul da Chapada Diamantina, essa síntese aparece na coexistência entre a propriedade camponesa e a dependência absoluta do pacote tecnológico imposto pelo capital fruticultor. O agricultor permanece na terra, mas a terra deixa de ser base de autonomia e passa a ser meio de subordinação à lógica da valorização. Como explica José de Souza Martins (1997), trata-se da sujeição da renda e da terra; o camponês mantém a propriedade formal, mas torna-se subordinado às exigências do capital, que define o modo de produzir, o tempo de trabalho e o grau de dependência técnica.

Esse processo é reforçado pela ideologia desenvolvimentista que legitima a presença do capital como portador da modernização agrícola. Souza (2009) argumenta que a modernização no campo brasileiro nunca foi um projeto de emancipação, mas de subordinação, voltado não ao desenvolvimento da população trabalhadora, mas à consolidação das bases técnicas indispensáveis à reprodução ampliada do capital. No caso estudado, isso se confirma quando observamos o dado

apresentado na seção anterior, que 48% dos agricultores recebem orientação técnica de órgãos governamentais e 32% de empresas privadas, como a Peterfrut, evidenciando que o modelo depende de um processo de controle que orienta e molda o trabalho camponês.

A leitura conjunta dos dados de campo e do referencial teórico permite perceber que os agricultores familiares da Chapada Diamantina não estão apenas inseridos em um processo econômico isolado, mas em uma dinâmica histórica mais ampla, para além de uma *coerência regional*, marcada pela modernização conservadora e pela subordinação estrutural. Como observa Souza (2009), a modernização agrícola brasileira nunca teve como horizonte a emancipação dos trabalhadores, mas sim a criação de condições para a reprodução ampliada do capital, transformando a técnica em instrumento de aprofundamento das desigualdades. Essa constatação encontra eco direto na realidade empírica analisada: o acesso desigual a crédito, assistência e mecanização; a crescente dependência de insumos industriais; a fragilização das formas tradicionais de trabalho; e a necessidade de complementar a renda.

Os dados revelam que a modernização não integra plenamente o agricultor familiar, integra apenas sua produção, não sua autonomia. A racionalidade capitalista, legitimada pelo discurso desenvolvimentista, se infiltra nas formas de plantar, nos mercados, nos arranjos de renda e até na permanência das famílias no território, mas não resolve as condições de vulnerabilidade que ela mesma reproduz. A situação observada na Chapada Diamantina não é um desvio, e sim expressão concreta de um modelo que necessita da presença do camponês, mas não sua plena valorização, admite sua força de trabalho e sua produção, mas não sua autonomia política, técnica ou econômica. Assim, a modernização se apresenta menos como caminho de inclusão e mais como mecanismo de reorganização subordinada do campesinato, reafirmando exatamente o que Souza (2009) identifica como a essência do projeto modernizador no campo brasileiro.

Nesse sentido, a territorialização da fruticultura no sul da Chapada Diamantina é expressão do que Harvey chama de “solução espaço-temporal”, no entanto, se limita a explicar a profundidade das desigualdades históricas que sustentam esse processo. No caso estudado essa articulação se realiza sobre uma base de precariedade que permanece invisível em sua formulação. A coerência existe apenas para o capital; para o camponês, ela é contradição, instabilidade, incerteza e exploração da força de trabalho. E esta é o que essencializa aquela.

A análise da realidade do sul da Chapada Diamantina-BA permite compreender que essas contradições não são falhas nem exceções, mas expressões necessárias da própria lógica do capitalismo dependente no campo brasileiro. A fruticultura, longe de resolver problemas estruturais, os aprofunda, concentra renda, subordina a força de trabalho, intensifica a dependência tecnológica e explora a pequena propriedade camponesa. Ao mesmo tempo, reorganiza o território de forma a atender às necessidades de circulação do capital, criando uma coerência territorial para a acumulação e uma incoerência social para quem trabalha.

A territorialização da fruticultura, portanto, não se reduz a um processo produtivo. Trata-se de uma reestruturação da vida social camponesa, mediada pelo Estado, orientada pelo capital, legitimada por discursos de desenvolvimento e materializada por dados empíricos que revelam a profundidade das contradições entre propriedade, trabalho, renda, tecnologia e reprodução da vida.

4 O “DESENVOLVIMENTISMO” COMO ESTRATÉGIA DE LEGITIMAÇÃO DA TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL FRUTICULTOR

A expansão da fruticultura no sul da Chapada Diamantina tem sido frequentemente interpretada como expressão do desenvolvimento regional, associada à modernização produtiva, à inserção em mercados dinâmicos e à geração de renda no campo. No entanto, essa leitura não se sustenta quando confrontada com as condições concretas de reprodução da vida camponesa evidenciadas pelos dados empíricos desta pesquisa. Mais do que um processo de desenvolvimento, o que se observa é a consolidação de uma forma específica de territorialização do capital, cuja legitimação se apoia na difusão de um discurso que naturaliza a subordinação do trabalho e a captura da renda da terra.

Nesse sentido, o desenvolvimento deve ser compreendido não como realidade objetiva, mas como construção ideológica articulada às necessidades de reprodução do capital. Como destaca Ariovaldo Umbelino de Oliveira, a expansão do capitalismo no campo brasileiro não se dá pela eliminação do campesinato, mas por sua incorporação subordinada, de modo que “o capital se apropria da produção camponesa sem necessariamente expropriar a terra” (OLIVEIRA, 2007). Essa formulação permite compreender que a permanência da pequena propriedade, longe de indicar autonomia, constitui elemento funcional à acumulação.

Essa dinâmica se articula à análise de José de Souza Martins, ao evidenciar que o desenvolvimento capitalista no campo opera por meio da sujeição da renda da terra, processo no qual o camponês permanece formalmente proprietário, mas perde o controle efetivo sobre o processo produtivo. Segundo o autor, trata-se de uma forma de dominação indireta, na qual a terra não é retirada, mas passa a funcionar como instrumento de subordinação Martins, (1981).

De forma convergente, Francisco de Oliveira problematiza a ideia de desenvolvimento ao demonstrar que a modernização capitalista, especialmente em contextos periféricos, não elimina as desigualdades, mas as reorganiza. Para o autor, “o moderno se alimenta do arcaico, reproduzindo-o sob novas formas” (OLIVEIRA, 2003, p. 32), o que permite compreender como processos produtivos altamente tecnificados podem coexistir com formas intensas de precarização do trabalho e fragilidade social.

No caso do sul da Chapada Diamantina, essa contradição se materializa na incorporação da produção camponesa a uma lógica produtiva dependente de insumos industriais, crédito e assistência técnica, ao mesmo tempo em que mantém os agricultores em condições de vulnerabilidade econômica. Os dados da pesquisa evidenciam que a inserção na fruticultura não garante autonomia produtiva nem estabilidade da renda, revelando que a modernização, nesse contexto, não se traduz em melhoria das condições de vida, mas em intensificação da dependência.

Essa leitura se aprofunda quando articulada à crítica de Rosa Luxemburgo, ao demonstrar que a expansão do capital depende da incorporação contínua de formas não capitalistas de produção. Para a autora, a acumulação capitalista necessita desses espaços para se reproduzir, apropriando-se de suas condições de existência, Luxemburgo (1985). Assim, o campesinato não desaparece, mas é funcionalmente integrado à lógica da acumulação.

Dessa forma, o discurso desenvolvimentista cumpre um papel central na legitimação desse processo. Ao enfatizar ganhos produtivos e inserção mercantil, ele oculta as contradições estruturais que sustentam a territorialização do capital, como a dependência tecnológica, a instabilidade da renda, a precarização do trabalho e a fragilidade da reprodução social camponesa. O desenvolvimento, nesse sentido, não se apresenta como transformação efetiva das condições de vida, mas como narrativa que naturaliza a subordinação do território às exigências da acumulação.

É nesse quadro que se insere a análise proposta neste capítulo. Ao articular as contribuições teóricas com os dados empíricos da pesquisa, busca-se evidenciar como o desenvolvimento opera como mecanismo de legitimação da territorialização do capital fruticultor no sul da Chapada Diamantina.

Ao longo do capítulo, será demonstrado que aquilo que se apresenta como desenvolvimento se sustenta, na prática, sobre a sujeição da renda da terra, a intensificação da dependência produtiva e a ampliação de mecanismos de controle, inclusive financeiros, sobre o campesinato. Nesse sentido, a análise não apenas problematiza o discurso desenvolvimentista, mas abre caminho para compreender as formas concretas pelas quais a territorialização do capital se realiza e se reproduz no território estudado.

4.1 Os instrumentos do desenvolvimentismo na territorialização do capital fruticultor

A ideologia do desenvolvimento atua, nesse contexto, como um dispositivo que transforma a expansão do capital em promessa coletiva de progresso. As frutas vermelhas passam a ser apresentadas não apenas como alternativa produtiva, mas como sinônimo de modernidade, eficiência e pertencimento regional. Esse discurso desloca o foco das contradições estruturais da produção, como a dependência tecnológica, o endividamento e a precarização do trabalho para uma narrativa positiva de crescimento econômico e inovação. Conforme analisa Souza, o desenvolvimento, sob a lógica capitalista, não se estrutura como projeto de emancipação social, mas como mecanismo de reprodução ampliada do capital:

> O desenvolvimento, tal como concebido no interior do capitalismo, não se orienta pela superação das desigualdades, mas pela expansão das bases técnicas necessárias à acumulação. Trata-se de um discurso que naturaliza a exploração e desloca os conflitos sociais para o campo da eficiência produtiva, ocultando a apropriação desigual da riqueza socialmente produzida. (SOUZA, 2009, p. 8).

No sul da Chapada Diamantina, esse processo se materializa na forma como o Estado e agentes privados promovem eventos, cursos técnicos, feiras agrícolas e campanhas institucionais que associam a fruticultura, especialmente as frutas vermelhas, à ideia de desenvolvimento regional. As imagens e materiais de divulgação dos encontros de produtores rurais, realizados em Barra da Estiva nos anos de 2013 e 2015, ilustram de maneira emblemática essa estratégia. Neles, o morango, o maracujá e o café são apresentados como pilares de uma agricultura familiar “forte”, moderna e integrada ao mercado, apagando as assimetrias de poder que estruturam a cadeia produtiva.

Figura 16: Cartaz de divulgação do V evento dos produtores rurais na Chapada Diamantina - BA, 2013.



Fonte: Site de notícias “Agora Sudoeste”, 2024.

Figura 17: Cartaz de divulgação do VII evento dos produtores rurais na Chapada Diamantina - BA, 2015.



Fonte: Site de notícias “Agora Sudoeste”, 2024.

O papel desses eventos como dispositivos de atração e fixação de força de

trabalho no território, funciona menos como espaços neutros de capacitação e mais como mecanismos de mobilização produtiva. Ao promover a fruticultura como oportunidade de renda e progresso, essas iniciativas contribuem para construir expectativas positivas que incentivam a entrada e a permanência de trabalhadores em uma atividade cuja base material é marcada por instabilidade, sazonalidade e baixos retornos. Trata-se de uma forma de captura que não se realiza pela coerção direta, mas pela produção de consentimento, na qual o discurso do desenvolvimento opera como mediação ideológica que antecede a própria inserção produtiva.

Nesse sentido, os eventos, feiras e cursos não apenas difundem técnicas, mas também modelam disposições subjetivas, orientando os trabalhadores a aceitarem as condições impostas pelo mercado como naturais e inevitáveis. Ao apresentar a fruticultura como caminho promissor, esses espaços funcionam como uma espécie de "porta de entrada" para relações de trabalho e produção já estruturadas pela lógica da dependência. Assim, o que se configura não é simplesmente uma política de incentivo à agricultura, mas uma estratégia de territorialização que antecede e prepara a incorporação da força de trabalho, garantindo sua disponibilidade para um sistema produtivo que, posteriormente, tende a reproduzir precariedade, endividamento e sujeição.

A partir dessa perspectiva, o discurso do desenvolvimento cumpre uma função política central na criação de estratégias de sujeição. Como destaca Tolentino (2013), os modelos hegemônicos de desenvolvimento não se impõem apenas pela coerção, mas pelo convencimento, operando no plano das representações sociais e das expectativas coletivas:

> Os modelos de desenvolvimento são portadores de representações que justificam a dominação. Eles se apresentam como universais e necessários, ao mesmo tempo em que ocultam sua origem nas relações desiguais de poder. O convencimento torna-se, assim, um elemento tão central quanto a imposição material. (TOLENTINO, 2013, p. 57).

Essa dimensão ideológica aponta um ponto contraditório diretamente a formulação da teoria da coerência regional estruturada. Se, para Harvey, a coerência regional estruturada corresponde a uma articulação historicamente construída entre capital, Estado e força de trabalho necessária à reprodução ampliada do capital sempre marcada por tensões e instabilidades relativas, no território analisado torna-se

necessário explicitar de forma mais central o papel da luta de classes e das contradições do trabalho nesse processo. No sul da Chapada Diamantina, a coerência territorial não se sustenta apenas por mecanismos funcionais de organização espacial, mas pela subordinação concreta do campesinato às exigências da acumulação, mediada por formas de dependência produtiva, disciplinamento técnico e produção ideológica do consentimento. Assim, mais do que uma estabilidade territorial relativa, observa-se uma dinâmica profundamente contraditória, na qual a integração dos sujeitos ocorre predominantemente sob formas subordinadas de trabalho e reprodução social.

Conceição contribui para aprofundar essa crítica ao afirmar que a expansão do capital no campo se realiza por meio da destruição sistemática das condições de reprodução social do campesinato, ainda que esse processo seja mascarado pelo discurso da modernização:

> Toda trajetória da acumulação capitalista se justifica no direito incomensurável dos usos e abusos da condição humana. Sob o pretexto da utilidade e do progresso, o capital destrói recursos humanos e materiais, ampliando a produção de valores de troca e aprofundando as contradições sociais. (CONCEIÇÃO, 2012, p. 4).

No caso das frutas vermelhas, a promessa de desenvolvimento se articula à introdução de tecnologias intensivas, como estufas, sistemas de irrigação automatizados e cultivo suspenso, que redefinem a relação dos camponeses com a terra e com o trabalho, como visto em imagens anteriores. Embora apresentadas como avanços técnicos, essas inovações funcionam como mecanismos seletivos, ampliando a dependência de insumos, crédito e assistência técnica, ao mesmo tempo em que elevam os custos de produção e intensificam a jornada de trabalho. O discurso desenvolvimentista, nesse sentido, opera como elemento central da territorialização do capital, ao naturalizar a subordinação camponesa como condição necessária para o *progresso regional*.

No território estudado, essa lógica se materializa na forma como a fruticultura, especialmente o circuito das frutas vermelhas, é promovida por órgãos públicos, empresas privadas e meios de comunicação locais como símbolo de oportunidade, inovação e futuro. Campanhas institucionais, eventos técnicos, cursos profissionalizantes e discursos políticos convergem para produzir a ideia de que aderir à fruticultura é condição necessária para permanecer no campo. Assim, o

desenvolvimento deixa de ser uma promessa abstrata e passa a operar como imperativo territorial, moldando escolhas produtivas e subjetividades.

Figura 18: curso técnico agrícola realizado em Barra da Estiva-BA



Fonte: site da “ Prefeitura municipal de Barra da Estiva-BA”, 2024.

Essa estratégia encontra respaldo no que Ariovaldo Umbelino de Oliveira denomina de monopolização do território sem expropriação direta, na qual o capital não precisa retirar o camponês da terra para dominá-lo. Segundo o autor:

> O capital avança sobre o campo não apenas expulsando o camponês, mas subordinando sua produção, sua renda e seu trabalho, integrando-o a circuitos produtivos que ele não controla. A terra permanece com o trabalhador, mas sua função social é redefinida em favor da acumulação. (OLIVEIRA, 2000, p. 478).

Nesse sentido, o discurso do desenvolvimento cumpre a função de encobrir a sujeição, apresentando-a como escolha racional e inevitável. A intensificação da tecnificação, o uso de estufas, irrigação controlada, cultivo suspenso e pacotes tecnológicos passam a ser vistos como sinais de avanço, mesmo quando implicam

endividamento, ampliação da jornada de trabalho e perda de autonomia produtiva. A adesão a esse modelo não se dá apenas por coerção econômica, mas pelo convencimento ideológico de que não há alternativa viável fora da lógica do agronegócio.

Essa dimensão ideológica é amplamente explorada em materiais institucionais de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural. Relatórios e notas técnicas de órgãos estaduais de agricultura e desenvolvimento regional enfatizam reiteradamente a “modernização do campo”, a “integração aos mercados” e a “competitividade”, sem problematizar as assimetrias estruturais que atravessam a agricultura familiar. Em entrevistas de campo concedidas a presente pesquisa o secretário de agricultura associa a “expansão das frutas vermelhas à geração de renda, à fixação do homem no campo e à melhoria da qualidade de vida”, reforçando uma leitura linear e acrítica do desenvolvimento.

Esse processo confirma a crítica formulada por José de Souza Martins, para quem o desenvolvimento capitalista no campo opera por meio da inclusão subordinada, e não da emancipação social. Para o autor:

> O capitalismo não elimina o campesinato porque precisa dele. Precisa da terra camponesa, do trabalho familiar, da renda da terra. O que ele faz é subordinar essas formas sociais, incorporando-as de maneira funcional à sua lógica de reprodução. (MARTINS, 1997, p. 174).

Ao contrário do que sugere a coerência regional estruturada, o que se observa no sul da Chapada Diamantina não é a formação de uma coerência baseada em estabilidade e integração equilibrada, mas a construção de uma coerência ideológica, amplamente instável e criticamente conflituosa (como se requer diante o contexto de crise sociometabólica), sustentada pelo discurso do desenvolvimento, que viabiliza a expansão do capital fruticultor sobre bases profundamente desiguais.

Assim, a modernização agrícola baseada na fruticultura não transforma os camponeses em agentes autônomos do desenvolvimento, mas os integra de forma subordinada à cadeia produtiva, como aponta Barbosa (2022), convertendo a terra em base para a reprodução da renda capitalizada e retirando da família camponesa a possibilidade de definir suas próprias formas de viver, produzir e trabalhar. A modernização, aqui, não é libertadora, mas disciplinadora: exige que o camponês internalize valores e práticas capitalistas, naturalizando o endividamento, a

dependência tecnológica e a precarização do trabalho.

A ideologia do desenvolvimento, portanto, não atua como simples pano de fundo do processo, mas como elemento ativo da territorialização do capital. Ela organiza expectativas, redefine valores e produz adesão social, transformando a fruticultura em horizonte desejável, mesmo quando seus efeitos materiais aprofundam a sujeição da renda camponesa e a precarização da vida no campo. É a partir dessa base ideológica que o capital consegue avançar sobre o território, legitimando sua presença e neutralizando, ainda que parcialmente, os conflitos que esse avanço produz.

4.2 O Processo de Financeirização do Capital Fruticultor

O estabelecimento do Capital fruticultor exige uma estrutura de acomodação técnica adaptada às novas demandas produtivas. Isso inclui o desenvolvimento de infraestruturas específicas, como sistemas de irrigação avançados, armazenamento adequado e logística eficiente para o transporte das frutas, além de estruturas técnicas amplas que devem dar conta da comercialização, estoque, escoamento, consumo e financiamento. Além disso, há uma necessidade de capacitação técnica dos trabalhadores locais para manusear novas tecnologias e práticas agrícolas. Tudo isso é inserido no território de forma estratégica para acomodar os novos desdobramentos do capital no campo.

Nesta região, formam-se cooperativas de produção de frutas vermelhas que estabelecem essas alianças com o intuito de fortalecer a produção da mercadoria e ainda contam com o incentivo do Estado. Segundo a Cooperativa de Produtores Rurais da Chapada Diamantina - COOPCHAPADA:

> [...] os produtores resolveram criar a cooperativa para comprar os próprios insumos e vender seus produtos [...]. Em 2019, a cooperativa foi beneficiada com o projeto Alianças Produtivas da CAR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional). Projeto de grande importância para os produtores, que recebem assistência técnica de engenharia agronômica para todos os produtos cultivados; além da oportunidade de construir sua sede própria com câmara de resfriamento e congelamento, permitindo aos produtores aumentar a produção de frutas vermelhas e na diversificação dos produtos. (COOPCHAPADA, 2023).

Diante do exposto, observa-se que a coerência regional se estabelece a partir de incentivos do Estado, através da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab) e da efetivação de programas como a Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (Bahiater), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). Segundo a Bahiater:

> Nessa ação integrada da extensão rural, na qual a gente envolve consórcio, entidades de ATER, nossos Setaf [Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar], nós temos aqui na Chapada Diamantina mais de 8 mil famílias atendidas diretamente, R$ 20,9 milhões investidos, numa estratégia grande de inclusão, em que a gente leva os kits produtivos, como consequência, e principalmente a dignidade para o homem e a mulher da nossa ruralidade (LANNS ALMEIDA, 2023).

A estratégia integrada de extensão rural na Chapada Diamantina, conforme expressa Lanns Almeida, destaca uma iniciativa que, embora envolva um considerável investimento de R$ 20,9 milhões e atenda mais de 8 mil famílias, revela facetas problemáticas quando consideramos os interesses do capital nesse processo.

A análise levanta preocupações acerca da possível dependência contínua de subsídios externos. A inserção de tais recursos se desdobram em uma vulnerabilidade das comunidades locais aos interesses do capital, subjugando a autonomia e perpetuando uma relação de controle. A dependência, a possível manipulação de decisões e os impactos ambientais negativos levantam questões sobre a verdadeira natureza dessas intervenções e suas implicações a longo prazo para as comunidades locais.

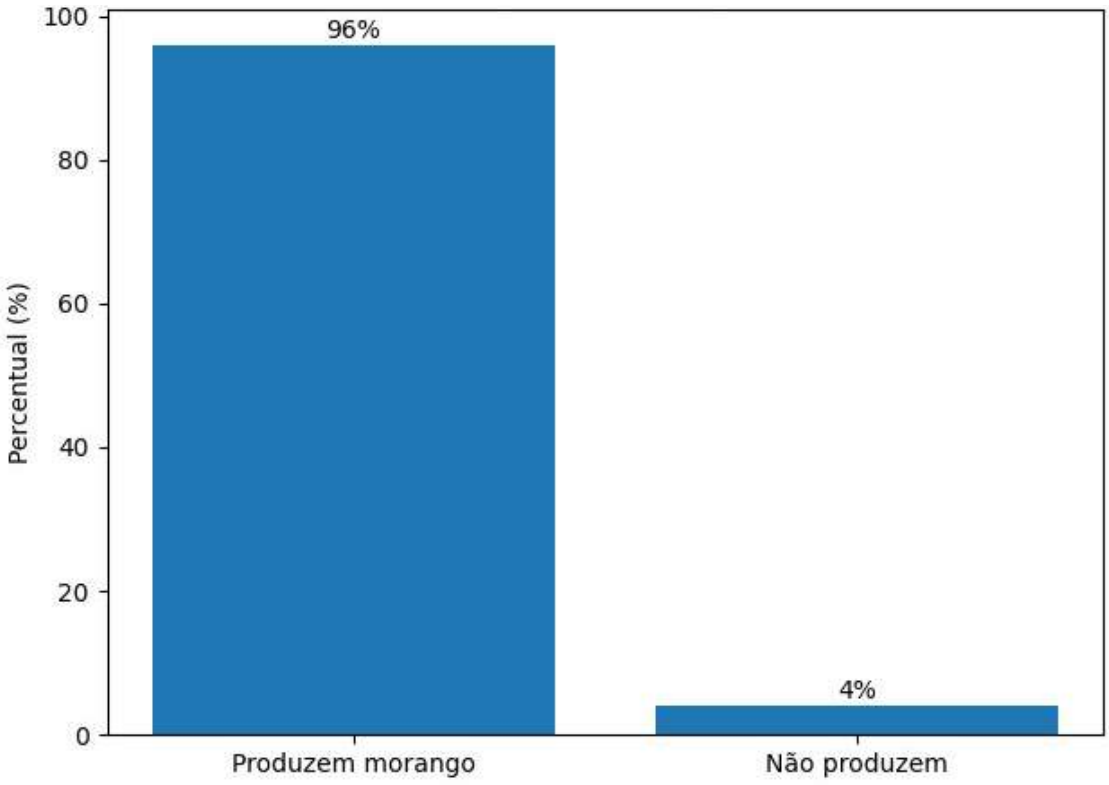
A Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), como entidade pública vinculada ao Governo do Estado da Bahia, tem sido instrumental na promoção de projetos que visam transformar a Bahia de importadora a exportadora de morangos. Em 2023, a CAR investiu R$477,7 mil na construção de uma unidade de beneficiamento de morangos na Chapada Diamantina, com capacidade para armazenar 20 toneladas de morangos congelados e 15 toneladas de resfriados. No início de 2024, foram destinados mais de R$3,6 milhões para a produção de frutas vermelhas na região.

Embora essas iniciativas sejam apresentadas como esforços para promover a autonomia econômica e o “desenvolvimento regional”, é crucial compreender o papel da CAR, sendo o órgão institucional que administra dinheiro do banco mundial na

Bahia, atua como instrumento de incentivo que serve como atrativo para interesses específicos. A implementação desses projetos fomenta no território a expansão do agronegócio e a financeirização da agricultura, em detrimento das comunidades locais.

Além disso, a ênfase em culturas comerciais, como as frutas vermelhas, pode levar à substituição de práticas agrícolas tradicionais e à reconfiguração das relações socioeconômicas no campo. Isso resulta na marginalização de pequenos agricultores e na intensificação da dependência de mercados voláteis, colocando em risco a sustentabilidade e a autonomia das comunidades rurais. Segundo dados da pesquisa, 96% dos camponeses produzem frutas vermelhas, mais especificamente o morango e 4% produzem morango e outras culturas, evidenciando a centralidade dessa cultura na organização produtiva local, o que reforça a especialização agrícola induzida pelo capital.

Gráfico 12 - Produção do morango



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

A pesquisa revela um aumento significativo no número de estabelecimentos comerciais dedicados à fruticultura na região sul da Chapada Diamantina, especialmente nos municípios de Barra da Estiva, Ibicoara e Mucugê. Esses estabelecimentos estão classificados sob os Códigos Nacionais de Atividades Econômicas (CNAE) G-4633-8/01, referente ao comércio atacadista de hortifrutigranjeiros, e A-0121-1/02, relacionado ao cultivo de morangos. Atualmente, há 27 empresas de micro a médio porte registradas nessas localidades, indicando um crescimento no setor hortifrutigranjeiro e horticultura em comparação ao ano de 2009 em que existiam apenas 12 estabelecimentos registrados.

O crescimento no número de estabelecimentos vinculados à fruticultura, embora frequentemente interpretado como evidência de dinamismo econômico e desenvolvimento regional, deve ser analisado com cautela. Esse aumento não expressa, necessariamente, a democratização das oportunidades no campo, mas pode indicar a intensificação da presença do capital na organização do território. A ampliação dessas empresas, sobretudo no segmento atacadista, sugere o fortalecimento de estruturas intermediárias de comercialização que tendem a concentrar o controle sobre os fluxos de produção e circulação, subordinando os agricultores às exigências do mercado. Nesse sentido, o crescimento quantitativo do setor não implica melhoria nas condições de vida dos produtores, mas pode representar a consolidação de uma rede econômica que captura parte significativa do valor gerado no campo. Assim, mais do que um indicador de desenvolvimento, a expansão desses estabelecimentos pode ser compreendida como expressão da territorialização do capital fruticultor, que reorganiza o espaço produtivo e redefine as relações entre produção, circulação e apropriação da renda.

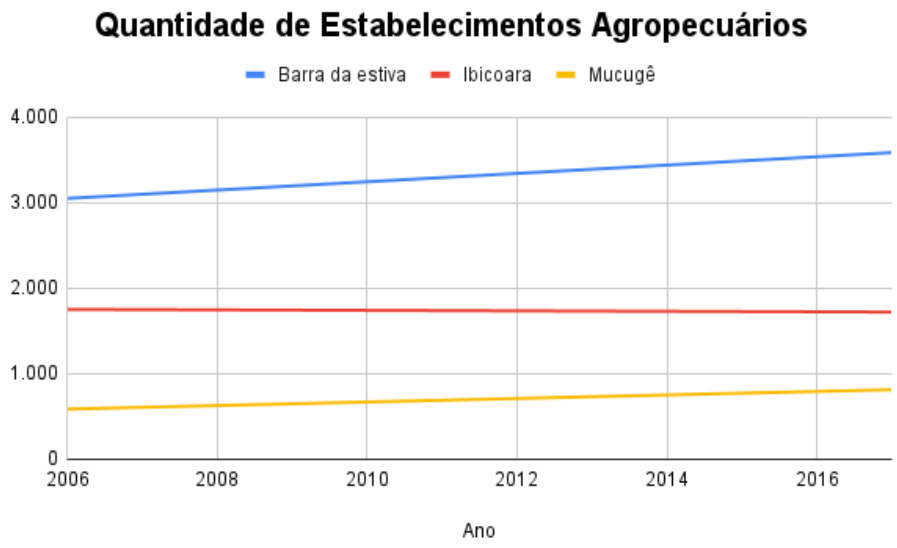
A chegada de grandes empresas do agronegócio, como a Peterfrut, intensificou a competição no mercado local. Estabelecida na região em 2015, a Peterfrut é uma empresa de grande porte com sede no Espírito Santo, possuindo seis filiais ativas em todo o país e quatro inativas, incluindo aquelas em cidades baianas como Barra do Choça, Juazeiro e Morro do Chapéu, esta última situada no territória da Chapada Diamantina. Cada unidade da Peterfrut emprega entre 21 e 50 funcionários e registra um faturamento anual entre R$50 e R$100 milhões, enquanto as empresas de pequeno porte locais têm faturamento anual de até R$1,8 milhão, conforme dados coletados da Receita Federal (2024).

A entrada da Peterfrut no mercado regional em 2015 parece ter estimulado o aumento de novos registros de empresas no setor, sugerindo uma intensificação da concorrência na fruticultura local. Antes da chegada da Peterfrut, iniciativas como os cursos técnicos promovidos pela Secretaria de Agricultura (SEAGRI) de Barra da Estiva já buscavam preparar os produtores locais para o cultivo de morangos, indicando um esforço prévio de capacitação e incentivo à diversificação agrícola.

A intensificação dos registros empresariais após sua inserção indica não apenas aumento da concorrência, mas a consolidação de uma estrutura produtiva e comercial mais complexa, na qual o controle sobre a produção tende a se deslocar progressivamente para agentes empresariais. Esse processo dialoga com a interpretação de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, ao evidenciar que a expansão do capital no campo ocorre por meio da incorporação subordinada de produtores já existentes, e não necessariamente pela substituição imediata das formas de produção anteriores.

Ao mesmo tempo, a atuação prévia da Secretaria de Agricultura na formação técnica dos produtores pode ser interpretada como um momento inicial de construção das condições necessárias à territorialização do capital. A capacitação, nesse caso, não se restringe ao fortalecimento da agricultura familiar, mas atua como mediação institucional que prepara o território para a adoção de um modelo produtivo específico, alinhado às exigências do mercado e às cadeias produtivas em expansão. Assim, longe de configurar um processo espontâneo, a expansão da fruticultura revela a articulação entre Estado e capital na produção de um ambiente favorável à acumulação, no qual o conhecimento técnico, a organização produtiva e a inserção mercantil passam a ser progressivamente orientados por uma racionalidade externa ao campesinato.

Gráfico 13: Quantidade de Estabelecimentos Agropecuários



Fonte: IBGE, 2006 - 2017. Produzido pelo autor.

Segundo o censo agropecuário do IBGE, houve um aumento significativo da quantidade de estabelecimentos agropecuários entre os anos de 2006 e 2017 (último censo). Os dados apontam para um crescimento de 14% na quantidade de estabelecimentos da região sul da Chapada Diamantina. A análise mostra que o crescimento no número de estabelecimentos, não necessariamente reflete uma democratização do acesso à terra, mas sim reflete um processo de reorganização capitalista no campo, no qual o aumento da produção agrícola vai gerar a finalidade das suas operações. Segundo o censo agropecuário, entretanto, houve um decréscimo no município de Ibicoara que corresponde a 1,8% no número de estabelecimentos. Esse dado aponta para a concentração do agronegócio, excluindo pequenos produtores e reestruturando o espaço rural de acordo com a lógica de acumulação capitalista. Soma-se a esse dado a análise sobre a quantidade de área em hectares dos estabelecimentos agrícolas. Observou-se um aumento que corresponde ao total de 46% entre os municípios estudados. No município de Ibicoara, um único estabelecimento detém a quantidade de 34.938 ha, esse valor corresponde

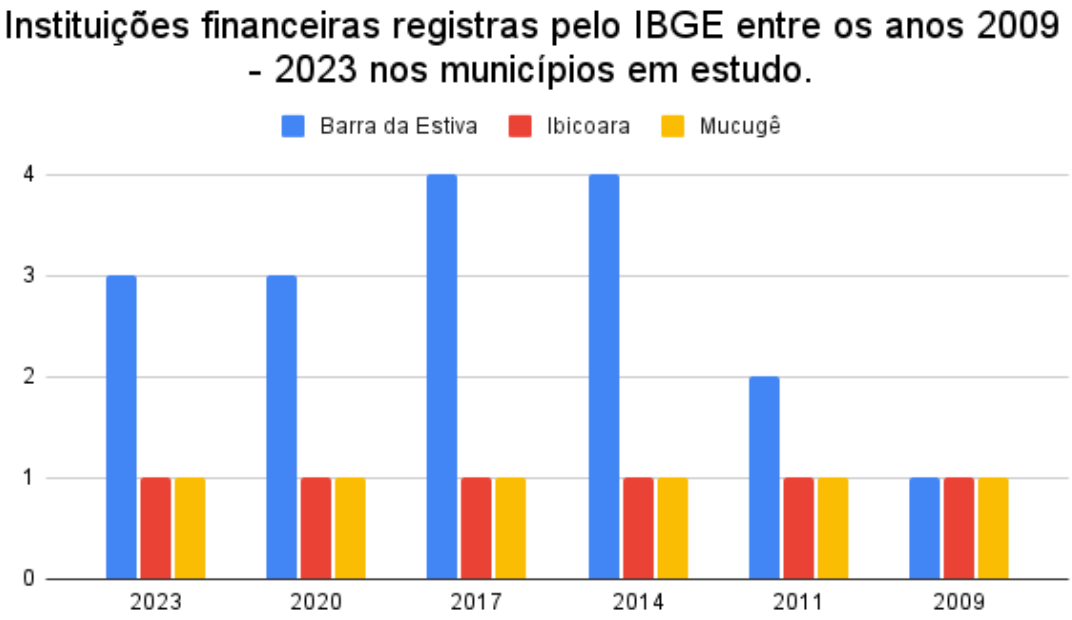
a 52,97% de toda a área de estabelecimentos apontados, segundo dados da estrutura fundiária do GeografAR (2017), indicando uma exorbitante concentração de terras.

O aumento na quantidade de estabelecimentos agroindustriais além de comprovar a existência da expansão da fruticultura, também reflete no processo de sujeição da renda camponesa, em que camponeses são pressionados a operar sob condições impostas pelo agronegócio e o capital financeiro. Esses pequenos estabelecimentos, embora existam em maior número, são subordinados às grandes empresas e a relações precárias com comerciantes autônomos, funcionando como fornecedores dependentes ou integrados em cadeias produtivas controladas pelos monopólios da fruticultura. Assim, a renda camponesa passa a ser determinada por contratos desiguais, preços impostos e uma falta de autonomia, mantendo os pequenos agricultores presos a uma lógica de reprodução do capital que favorece os grandes produtores, como já exposto em pesquisa anterior Barbosa (2022).

A territorialização da fruticultura, nesse contexto, contribui para essa sujeição camponesa ao integrar os pequenos estabelecimentos em sistemas de produção voltados para o mercado nacional como no caso da região em estudo que (ainda) não comercializa para outros países, segundo dados obtidos do Ministério da Agricultura. O aumento do número de estabelecimentos pode mascarar uma concentração real de poder e controle econômico, situação na qual poucos detêm os recursos e o capital necessários para expandir e lucrar, enquanto muitos pequenos agricultores são mantidos em situações de vulnerabilidade e dependência.

A presença de instituições financeiras na região também é um indicador significativo da coerência regional estruturada. Em Barra da Estiva, o número de agências bancárias aumentou de uma para quatro entre 2010 e 2019, conforme dados do IBGE. No entanto, em 2020, houve a redução de uma agência. Entre as instituições que se estabeleceram na cidade estão a Caixa Econômica Federal, que chegou em 2012, e o Banco do Nordeste, que se instalou em 2014, com o objetivo de oferecer programas de crédito para trabalhadores rurais, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Além disso, em 2022, a SICOOB inaugurou agências em Barra da Estiva e em Ibicoara, especificamente no distrito de Cascavel. Barra da Estiva também conta com agências do Banco do Brasil, Bradesco e Banco de Brasília (BRB).

Gráfico 14: Instituições financeiras registradas pelo IBGE entre os anos 2009 - 2023 no Sul da Chapada Diamantina.



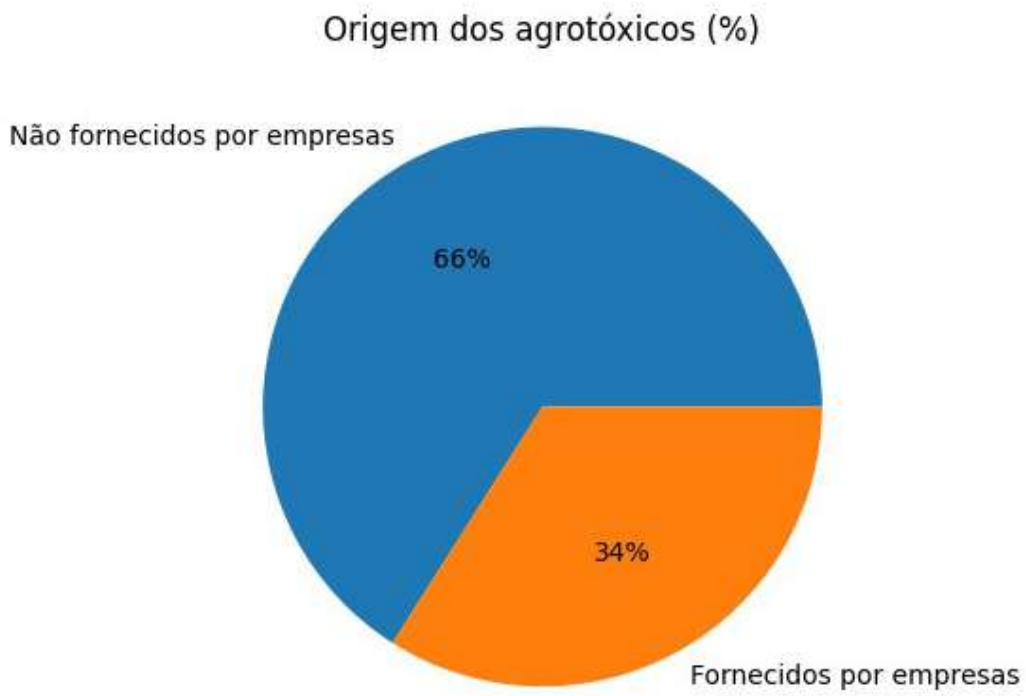
Fonte: IBGE, 2009 - 2023.

O aparecimento de grandes empresas bancárias ocorre, sobretudo, após a chegada do mercado fruticultor na região. Vale ressaltar que esse aumento está diretamente vinculado à expansão do crédito para a produção agrícola, no entanto, essa relação carrega interesses estratégicos. Para as instituições financeiras, o crédito rural é um negócio lucrativo, ao processar as necessidades de investimento do setor agrícola e fomentar taxas de retorno garantidas através de subsídios governamentais. Ao financiar grandes produtores e em menor medida pequenos camponeses, os bancos e cooperativas aumentam sua inserção no campo e consolidam sua participação na economia rural. Contudo, o crédito oferecido a pequenos produtores, muitas vezes sob condições desfavoráveis, acaba inserindo-os no metabolismo capitalista de uma maneira que reforça a lógica do agronegócio e contribui para a monopolização da produção.

A entrada dos camponeses nesse ciclo de financiamento, ao invés de promover sua emancipação econômica, frequentemente os subordina às dinâmicas do agronegócio, que lucra com sua inserção na cadeia produtiva. Os pequenos agricultores, pressionados a aumentar a produtividade e a adotar tecnologias

impostas pelas grandes empresas, acabam dependentes das multinacionais de insumos e dos mercados controlados por poucos conglomerados. segundo dados levantados pela pesquisa revelam que 66% dos agricultores afirmam que os agrotóxicos não são fornecidos por empresas agrícolas, enquanto 34% indicam fornecimento, revelando diferentes formas de inserção dos produtores nas cadeias de suprimento e dependência do capital.

Gráfico 15: Conhecimento da origem dos agrotóxicos



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Além disso, os agrotóxicos não fornecidos pelas empresas agroindustriais são comprados fomentando o aumento dos estabelecimentos de comércio agrícola.

O agronegócio se beneficia dessa integração desigual ao controlar tanto a produção em larga escala quanto as pequenas propriedades, que passam a operar sob os mesmos padrões de produção capitalista. Assim, o crédito rural, ao invés de democratizar o acesso aos recursos e fortalecer o pequeno produtor, acaba servindo aos interesses das grandes corporações e das instituições financeiras que se alimentam do processo de monopolização e da exploração camuflada da agricultura camponesa.

Figura 19: Estabelecimento de frutas vermelhas, localizado na BA-142, que liga os municípios de Barra da da Estiva, Ibicoara e Mucugê, na Bahia.



Fonte: Pesquisa, 2024.

Os pequenos agricultores da região, que antes tinham maior autonomia, veem-se pressionados por esse novo cenário, sendo muitas vezes obrigados a vender suas terras ou integrar-se a cadeias produtivas controladas pelo ciclo monopolista da produção. A financeirização cria, assim, um ciclo de exclusão e dependência: os pequenos produtores se tornam vulneráveis à lógica do capital financeiro e do agronegócio, que dominam o mercado e impõem seus próprios padrões de produção e comercialização.

> [...] a centralidade crescente da renda da terra nos processos atuais de acumulação e reprodução ampliada do capital nos fala de um processo mais antigo, o da mercantilização da terra. Este processo é reforçado com a financeirização, que o leva um passo adiante e retroalimenta o fato de a terra ter se convertido num instrumento atrativo para o capital financeiro, com maior retorno futuro e menor risco (ARANZABAL. 2022, p.123).

Dessa forma, o aumento da renda da terra e sua conversão em um ativo financeiro na Chapada Diamantina são parte de um processo maior de acumulação de

capital, que não apenas transforma as relações de propriedade e produção, mas também redesenha a estrutura social e econômica da região.

4.3 A sujeição da renda camponesa no sul da Chapada Diamantina - BA

Sobre a leitura da teoria da sujeição da renda camponesa, Martins (1997), corrobora que a acumulação capitalista é impulsionada pela capacidade do capital de subjugar diferentes formas de renda, transformando-as em recursos que alimentam a máquina produtiva. Esse processo de sujeição da renda é um elemento crucial na dinâmica de expansão do sistema capitalista, à medida que se faz necessário a mão de obra para manter o sistema em um funcionamento metabólico. Assim, ao analisar a lógica do capitalismo, será compreendido como as estratégias de sujeição da renda, estão subsumidas ao discurso do desenvolvimento de forma alienatória.

Compreende-se a produção do território camponês, inserida para atender uma demanda capitalista sem extinguir o campesinato. A relação que se estabelece dominante entre capital e trabalho, usam estratégias do discurso do desenvolvimento para fomentar a sujeição da renda camponesa, criando espaços para a monopolização do território. Assim, segundo Oliveira (2000):

> O capital monopoliza o território sem, entretanto, territorializar-se, criando e se recriando, definindo e se redefinindo nas relações de trabalho e produção camponesa, sujeitando a renda da terra e renda trabalho ao capital. (OLIVEIRA, 2000, p. 478-479).

Nesse sentido, os territórios camponeses na região sul da Chapada Diamantinasão analisados no intuito de se comprovar a inserção dos sujeitos à lógica da formação da coerência regional estruturada. O processo de sujeição decorre, de início, impulsionado pelas articulações governamentais para expansão agrícola em territórios, em que utilizam-se de estratégias do discurso do desenvolvimento para gerar um exército de mão de obra no território rural, onde é firmado a relação de domínio do capital contra o trabalho.

Nessa perspectiva, compreende-se o agronegócio como um sistema que

requer novas formas de expansão para assegurar sua influência. Nesse contexto, o campo, absorvido por esse ciclo reprodutivo do sistema, acaba por impulsionar as novas facetas da acumulação. Em relação às estratégias de reprodução, é possível identificar diversos métodos, como por exemplo a remoção de obstáculos que dificultam seu crescimento.

O capital estabelece seu vínculo com a produção camponesa familiar, exercendo controle sobre esse processo produtivo e o setor agrícola em geral, desde a provisão de insumos até o financiamento e a comercialização. Sem necessariamente desalojar os camponeses de suas terras, o capital busca maneiras de se apropriar de ambos de forma conjunta.

A análise do processo de territorialização da fruticultura no sul da Chapada Diamantina revela que a permanência do campesinato no território não representa, em si, um limite à expansão do capital. Ao contrário, é justamente essa permanência, mediada pela pequena propriedade, pelo trabalho familiar e pela produção mercantil subordinada, que possibilita a apropriação sistemática da renda da terra e do trabalho camponês. É nesse ponto que a categoria da sujeição da renda camponesa, adquire centralidade explicativa, permitindo compreender como o capital se reproduz no campo sem necessidade de expropriação direta.

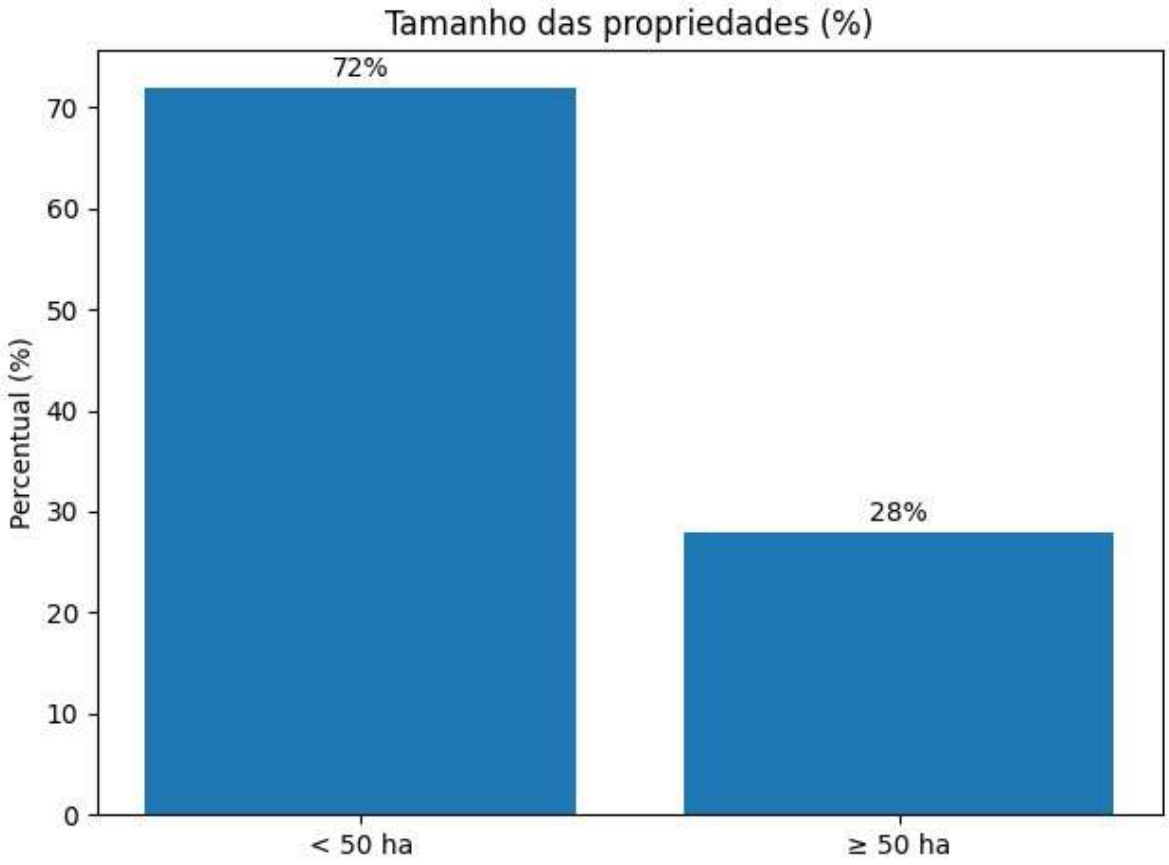
Para Martins (1997) , a sujeição da renda ocorre quando o camponês, mesmo permanecendo proprietário da terra, perde o controle efetivo sobre o processo produtivo, sobre os preços, sobre o tempo de trabalho e sobre o destino de sua produção. Trata-se de uma forma de dominação que opera pela mediação do mercado, da técnica e do crédito, e não pela expulsão imediata. Nas palavras do autor:

> O capitalismo não destrói necessariamente o campesinato. Ele o conserva, mas o conserva subordinado. A renda da terra camponesa é capturada pelo capital por meio de mecanismos que deslocam o controle da produção sem retirar o trabalhador da terra. (MARTINS, 1997, p. 175).

Essa formulação encontra plena correspondência empírica no território estudado. Os dados da pesquisa de campo evidenciam que 100% dos entrevistados são proprietários das terras que cultivam, no entanto, com propriedades pequenas, em média, 4,2 hectares, (muito menos que um módulo fiscal de 62 ha) e majoritariamente inseridas na agricultura familiar. À primeira vista, esse quadro poderia sugerir autonomia produtiva e relativa segurança econômica. No entanto, a realidade material

revela exatamente o oposto: a terra, longe de garantir autonomia, converte-se no principal instrumento de sujeição. O agricultor permanece na terra, mas passa a produzir segundo ritmos, exigências e custos que não controla.

Gráfico 16 - Tamanho das propriedades rurais



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

A sujeição da renda não se expressa apenas na dimensão técnica, mas também no campo econômico e cognitivo. O dado de que 54% dos entrevistados não sabem quanto gastam para produzir é particularmente revelador, assim como apontado na seção anterior. Ele indica não uma falha individual, mas uma condição estrutural de subordinação e alienação, na qual o conhecimento econômico do processo produtivo é capturado por agentes externos, atravessadores, fornecedores de insumos, instituições financeiras e empresas de assistência técnica.

Nesse contexto, a renda camponesa deixa de ser expressão do trabalho familiar e passa a funcionar como base para a valorização do capital agrário, químico e financeiro. Essa dinâmica se agrava quando se observa que 55% das famílias

precisam complementar a renda com outras atividades, evidenciando que a produção agrícola, mesmo intensificada, não garante a reprodução ampliada da vida. Essa condição revela que a renda gerada no interior da unidade camponesa já não se organiza prioritariamente em função da reprodução social da família, mas se encontra subordinada a uma lógica externa de apropriação do valor. A necessidade de complementação de renda não deve ser interpretada como estratégia de diversificação econômica, mas como expressão da insuficiência estrutural da atividade agrícola diante das exigências impostas pelo capital.

Martins (1997) é incisivo ao afirmar que a sujeição da renda camponesa produz um tipo específico de sofrimento: aquele que decorre da permanência sem autonomia, do trabalho intensificado sem reconhecimento e da sensação de injustiça estrutural. Esse sofrimento aparece, na pesquisa, de forma explícita quando os entrevistados afirmam que o que ganham com o cultivo da terra “dá apenas para viver”. Segundo o autor, “O camponês sabe que trabalha muito e ganha pouco. Ele sente a injustiça antes mesmo de compreendê-la teoricamente.” Martins (1997, p. 182).Essa percepção evidencia que a subordinação do campesinato não ocorre de forma passiva ou plenamente consensual, mas é atravessada pelas contradições da própria luta de classes. Trata-se de uma forma de reprodução social marcada pela apropriação desigual do valor produzido, na qual o trabalho camponês é continuamente absorvido por custos, exigências mercantis e relações de dependência que limitam a autonomia dos produtores. Nesse sentido, a aparente coerência territorial sustentada pela expansão da fruticultura revela-se profundamente instável, pois depende da permanente administração das tensões entre capital e trabalho, incorporando os sujeitos de maneira subordinada sem eliminar as contradições que atravessam sua reprodução social.

A sujeição da renda camponesa, portanto, não é apenas um mecanismo econômico; é uma experiência social concreta, marcada pela intensificação do trabalho, pela insegurança permanente e pela perda progressiva do sentido da terra como espaço de autonomia. A territorialização do capital fruticultor se realiza exatamente nesse ponto: ao transformar a pequena propriedade em engrenagem funcional da acumulação, mantendo o camponês no território, mas esvaziando o conteúdo social dessa permanência.

Essa leitura permite avançar criticamente em relação à formulação de David Harvey sobre a coerência regional estruturada. No caso do sul da Chapada

Diamantina, a coerência não se expressa como estabilidade social, mas como funcionalidade econômica crítica à custa do sofrimento do trabalho.

Ao final, desvela-se que o trabalho emerge como o eixo central que articula território e acumulação. A fruticultura não inaugura um novo ciclo de desenvolvimento para o campesinato, mas aprofunda sua integração subordinada ao capital. A terra permanece com o camponês, mas a renda, o tempo, o trabalho e o futuro são progressivamente apropriados por uma lógica que transforma o território em espaço de valorização e a vida camponesa em custo produtivo.

Essa constatação não encerra apenas uma análise empírica, mas reafirma uma posição teórica e política: defender o território camponês exige denunciar os mecanismos sutis de sujeição que o atravessam. A crítica à territorialização do capital fruticultor, portanto, demonstra a realidade que é produzida no campo brasileiro e como o capitalismo se reproduz neste, conservando o campesinato apenas na medida em que consegue explorá-lo.

Martins (1997) destaca que o capitalismo no campo brasileiro se reproduz por meio de formas sociais aparentemente não capitalistas, justamente porque elas permitem reduzir custos, transferir riscos e capturar renda sem assumir diretamente as contradições do processo produtivo. Nessa perspectiva, o discurso do desenvolvimento cumpre a função de ocultar a sujeição, apresentando-a como escolha racional do agricultor. Como afirma o autor:

> A sujeição da renda da terra camponesa não se impõe apenas pela força econômica, mas pela construção ideológica de que o camponês participa do desenvolvimento, quando na verdade apenas sustenta a reprodução do capital. (MARTINS, 1997, p. 186).

Os dados da pesquisa demonstram a percepção dos próprios agricultores quando interrogam se eles acreditam que o que recebem é o justo pelo seu trabalho e quase 70% afirma que não, evidenciando um quadro de insatisfação significativa, revelando que os camponeses não apenas vivenciam a precariedade econômica, mas reconhecem de forma consciente as desigualdades que estruturam o processo produtivo.

Esse dado é particularmente revelador porque desloca a análise do plano exclusivamente material para o campo da consciência social. Não se trata apenas de baixos rendimentos, mas da percepção de que há um descompasso estrutural entre o

trabalho realizado e o valor apropriado. Ao afirmarem que não lucram de forma justa, os agricultores expõem, a partir de sua própria experiência, a existência de mecanismos de captura da renda que operam para além da unidade produtiva.

Gráfico - 17 Quantidade de camponeses que acreditam lucrar de forma justa na produção da fruticultura



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

A expressividade desse resultado rompe com interpretações que tendem a associar o campesinato à passividade ou à falta de compreensão das dinâmicas econômicas que o envolvem. Pelo contrário, os dados demonstram a presença de uma consciência da exploração, construída no cotidiano da produção, da comercialização e da sobrevivência. Trata-se de um saber que não é necessariamente teorizado, mas que se manifesta de forma concreta na leitura crítica que os agricultores fazem de sua própria condição.

Essa realidade encontra respaldo na análise de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, ao compreender o campesinato como sujeito inserido em uma dinâmica contraditória, na qual subordinação e resistência coexistem. Como afirma o autor: “O campesinato, no capitalismo, não desaparece; ele se recria permanentemente, subordinado, mas

também em luta, marcado por contradições que são próprias da sua inserção na sociedade capitalista” Oliveira (2007, p. 147).

Essa formulação permite compreender que a insatisfação expressa pelos agricultores não é um dado isolado, mas parte constitutiva de uma condição histórica que desestabiliza o próprio sentido da coerência estruturada pretendida. Ao reconhecer que não há justiça no retorno de seu trabalho, o camponês evidencia que sua permanência no campo não implica aceitação passiva das relações que o subordinam. Ao contrário, revela uma percepção aguda das desigualdades que atravessam sua atividade, indicando que a reprodução da vida camponesa ocorre em meio a tensões permanentes.

Dessa forma, o dado apresentado não apenas confirma a existência de uma estrutura desigual, mas expõe suas fissuras a partir do olhar dos próprios sujeitos que a vivenciam. Ao reconhecer a injustiça, o campesinato também revela os limites do modelo produtivo ao qual está submetido, evidenciando que o chamado desenvolvimento não se traduz em melhoria efetiva das condições de vida, mas em uma forma de inserção marcada pela dependência, pela instabilidade e pela apropriação do trabalho no campo.

Essa condição produz um sofrimento social específico, marcado pela consciência de que o trabalho realizado não é remunerado de forma justa. Ainda que essa percepção não se traduza imediatamente em organização política ou resistência coletiva, ela aparece como um mal-estar difuso, que permeia esses sujeitos.

Encerrar esta dissertação a partir da categoria da sujeição da renda camponesa significa, portanto, reafirmar que o território torna-se expressão concreta das relações de classe. No sul da Chapada Diamantina, a fruticultura não representa um novo ciclo de desenvolvimento, mas a atualização de velhas formas de dominação, agora revestidas pelo discurso da modernização. A crítica aqui construída não é apenas analítica, mas política: defender o campesinato exige desvelar os mecanismos que permitem sua exploração, revelando que a permanência na terra, quando mediada pelo capital, pode ser tão violenta quanto perversa.

CONCLUSÃO

Esta dissertação teve como objetivo analisar o processo de territorialização da fruticultura no sul da Chapada Diamantina, buscando ampliar a compreensão da noção de coerência regional estruturada de David Harvey a partir das especificidades da formação agrária brasileira, situando o conceito diante da centralidade do trabalho, da sujeição da renda da terra camponesa e das contradições inerentes às relações entre capital e campesinato. Ao longo da pesquisa, demonstrou-se que a expansão das frutas vermelhas em municípios como Barra da Estiva, Ibicoara e Mucugê não pode ser compreendida apenas como um rearranjo produtivo ou como uma resposta técnica a crises setoriais, mas como parte de um movimento mais amplo de reorganização territorial comandado pelo capital, mediado pelo Estado e sustentado por um discurso ideológico de desenvolvimento.

A análise histórica evidenciou que o território estudado sempre esteve inserido em dinâmicas econômicas voltadas à produção de mercadorias, desde o ciclo do diamante até a consolidação da cafeicultura e, mais recentemente, da fruticultura. Cada um desses momentos exigiu a construção de condições materiais, técnicas, políticas e simbólicas para garantir a circulação do capital. Nesse sentido, confirmou-se que a fruticultura não inaugura uma ruptura com o passado, mas representa a atualização das estratégias de acumulação, agora sob novas formas tecnológicas, financeiras e discursivas, conforme se requer no atual contexto de crise.

A teoria da coerência regional estruturada, tal como formulada por Harvey, mostrou-se fundamental para compreender o papel do espaço na absorção de excedentes de capital e trabalho. No entanto, a realidade empírica do sul da Chapada Diamantina revelou seus limites explicativos. Trata-se de uma coerência funcional ao capital, sustentada pela precarização do trabalho, pela dependência tecnológica, pela financeirização da produção e pela sujeição da renda camponesa.

Os dados da pesquisa de campo foram decisivos para tensionar a teoria e revelar as contradições concretas do processo. Apesar de 100% dos entrevistados serem proprietários da terra, a média reduzida das propriedades, a elevada dependência de insumos industriais, a mecanização majoritariamente alugada, a sazonalidade do trabalho e a necessidade de complementação de renda demonstram que a posse da terra não garante autonomia produtiva. A renda gerada pela fruticultura é suficiente apenas para a sobrevivência imediata, sem permitir

reprodução ampliada da vida camponesa, o que confirma empiricamente a categoria de sujeição da renda da terra, desenvolvida por José de Souza Martins.

Essa sujeição não se impõe exclusivamente por mecanismos econômicos diretos, mas é mediada pela ideologia do desenvolvimento, que apresenta a fruticultura como oportunidade, modernização e futuro possível para o território. Cursos técnicos, eventos institucionais, políticas públicas e discursos oficiais constroem uma narrativa de progresso que oculta as assimetrias de poder e naturaliza a subordinação. O Estado, longe de atuar como agente emancipador, aparece como elemento estruturante da territorialização do capital, seja pela assistência técnica, pelo crédito rural, pela regularização fundiária ou pela infraestrutura logística que integra o território aos circuitos de circulação das mercadorias.

A financeirização da agricultura aprofundou esse quadro ao inserir a terra e o trabalho camponês nos circuitos do capital financeiro, transformando a renda futura em garantia de endividamento e ampliando a vulnerabilidade dos produtores. O aumento do número de estabelecimentos e empresas no setor frutícola, longe de indicar democratização, revelou processos de concentração fundiária, hierarquização produtiva e fortalecimento de grandes grupos agroindustriais, diante dos quais os pequenos produtores operam de forma subordinada.

Dessa forma, a categoria território permitiu apreender a totalidade das contradições analisadas. É no território que se articulam a estrutura fundiária, o trabalho, o capital, o Estado e a vida cotidiana dos sujeitos. A territorialização da fruticultura no sul da Chapada Diamantina não pode ser entendida apenas como estratégia econômica, mas como um processo que reorganiza práticas, identidades, expectativas e formas de reprodução social, produzindo sofrimento, instabilidade e ruptura geracional no campesinato.

Conclui-se, portanto, que a fruticultura, embora apresentada como alternativa de desenvolvimento regional, reforça a lógica histórica do capitalismo dependente no campo brasileiro. A coerência regional estruturada que se forma é, contraditória e excludente: coerente para o capital, incoerente para o trabalho. A permanência do camponês na terra, longe de significar autonomia, torna-se condição para a reprodução ampliada do capital, evidenciando que a exploração no campo contemporâneo não exige necessariamente a expropriação física, mas se realiza pela captura da renda, do tempo, do trabalho e da própria vida.

Ao evidenciar essas contradições, esta dissertação reafirma a centralidade da

crítica da Geografia Agrária para compreender os processos atuais de reestruturação territorial. A presente pesquisa aponta para a necessidade de aprofundar investigações sobre as formas de resistência camponesa, os limites das políticas públicas e as possibilidades de construção de alternativas que não estejam subordinadas à lógica do capital, mas orientadas à reprodução digna da vida no campo.

REFERÊNCIAS

AYDALOT, Philippe. **Dynamique spatiale et développement inégal**. Paris: Economica, 1976.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2018.

CARREGOSA, Roberta Anunciação. **ASSENTAMENTOS E COMUNIDADES RURAIS DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO UNA, CHAPADA DIAMANTINA – BA: água da vida, o rio que vai traz a vida também,** SINGA, 2017. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt02_1506884149_arquivo_artigo_robertaanunciacaocarregosa.pdf Acesso em: 13. Dez. 2023.

CARVALHO, Murillo Medeiros. **CONSTRUTOS DO COMPORTAMENTO ASSOCIADOS À ADOÇÃO DE PRÁTICAS AGRÍCOLAS NO PLANTIO DE CAFÉ DA CHAPADA DIAMANTINA-BA,** UFBA, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/33790/1/CARVALHO%20Murillo%20-%20Construtos%20do%20comportamento%20associados%20%c3%a0%20ado%c3%a7%c3%a3o%20de%20pr%c3%a1ticas%20agr%c3%adcolas%20no%20plantio%20de%20caf%c3%a9%20da%20Chapada%20Diamantina-BA.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

CAIRES, Santos Cássio. **História de Barra da Estiva. Kal Restaurante, Barra da Estiva**. 2009. Disponível em: https://promocaoclientefeliz.blogspot.com/p/historia-de-barra-da-estiva.html. Acesso em: ago 2024

CONCEIÇÃO. Alexandrina Luz. **A Expansão do Agronegócio no Campo de Sergipe.** In: Revista Geonordeste, Ano XXII, nº 2, p: 01 a 16, 2012.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Reestruturação produtiva da agricultura e novas territorialidades do capital no campo brasileiro**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Território, campesinato e agronegócio no Brasil contemporâneo.** Aracaju: Criação, 2014.

COOPCHAPADA. **Cooperativa dos Produtores Rurais da Chapada Diamantina**. Acesso em 20 de Fev. de 2025. Disponível em: https://coopchapada.com.br/#qs

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).** Porto Alegre: UFRGS Editora, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço.** São Paulo, Annablume, 2005.
HARVEY, D. **Espaços de Esperança.** Loyola, São Paulo, 2004.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Boitempo, 1998.

MÉSZÁROS, Istiván. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**, São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura e indústria no Brasil**. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, nº 58, set., 1981.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura Brasileira Transformações Recentes.** apud. Ross, jurandyr l. sanches (org.). geografia do brasil. 3. ed. são paulo: editora da universidade de são paulo, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Mundialização da Agricultura Brasileira.** São Paulo, Iande Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. **Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas**. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (org.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013. p. 83-110.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação ao discurso "hegemônico" do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro**. Camponesa, Vitória da Conquista, n. 2, p. 19-35, 2009.

TOLENTINO, Michell Leonard Duarte de Lima. **O (des)envolvimento no Pronaf: as contradições entre as representações hegemônicas e os usos dos camponeses.** 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-30102013-123024/. Acesso

em: 06 ago. 2023.